



Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

# APRESENTAÇÃO

## Prezado leitor

Este é o segundo número do *SBS Caderno de Resenhas*, periódico eletrônico da Sociedade Brasileira de Sociologia, que tem como objetivo publicar resumos e comentários elaborados por especialistas, sobre livros nacionais ou estrangeiros, da área de Ciências Sociais. Esta iniciativa visa contribuir para a informação e desenvolvimento do debate acadêmico em circuito amplo, por meio de edição eletrônica e assim difundir a produção intelectual dos cientistas sociais e democratizar o seu acesso a um público mais diversificado.

O *SBS Caderno de Resenhas* representa um esforço da diretoria da SBS para concretizar o desejo, anunciado ao longo do tempo, de solidificar e difundir o pensamento sociológico em diversas instâncias do domínio público. Significa, portanto, a continuidade dos esforços de publicação e edição de obras sobre o pensar sociológico, que vem caracterizando a prática acadêmica da entidade, desde o tempo de sua criação.

Esta publicação tem periodicidade semestral com inscrição ISSN 1981-2264 e divulgação no *site da Sociedade Brasileira de Sociologia*: [www.sbsociologia.com.br](http://www.sbsociologia.com.br)

Os interessados em encaminhar resenhas devem seguir as Normas para Publicação, e enviar os trabalhos para a Secretaria Geral da Comissão de Publicação, no endereço: [sbsresenhas@sbsociologia.com.br](mailto:sbsresenhas@sbsociologia.com.br)



**Apresentação**

**Expediente**

**Sumário**

**Resenhas**

**Normas para Publicação**

## EXPEDIENTE

Publicação Semestral da Sociedade Brasileira de Sociologia  
Nº 2, Ano 2 Maio de 2007  
ISSN: 1981-2264

Diretoria (gestão 2005 a 2007)

Presidente: Tom Dwyer, UNICAMP

### **1º Vice Presidente**

Irlys Alencar Firmo Barreira, UFC

### **2º Vice Presidente**

Ana Maria Fernandes, UnB

### **Secretário Geral**

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, UFPE

### **Tesoureiro**

Maíra Baumgarten Corrêa, UFRGS

### **1º Secretário**

Magda Maria Bello de Almeida Neves, PUCMG

### **2º Secretário**

Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, USP

### **Diretores**

José Ricardo Garcia Pereira Ramalho, UFRJ

Pedro Célio Alves Borges, UFGO

Maria Celi Ramos da Cruz Scalon, IUPERJ

Wilson José Barp, UFPA

Tamara Benakouche, UFSC

### **Coordenação Editorial**

Irlys Alencar Firmo Barreira

José Ricardo Ramalho

### **Conselho Editorial**

Jacob Carlos Lima

Maíra Baumgarten Corrêa

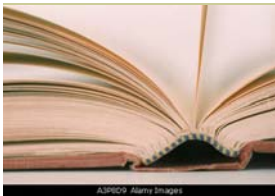
Maria Estela Grossi

Salete Cavalcanti

Tom Dwyer

### **Secretaria**

Dione Marques



**Apresentação**

**Expediente**

**Sumário**

**Resenhas**

**Normas para Publicação**

## SUMÁRIO

1.	POR UMA SOCIOLOGIA MENOR: G. SIMMEL .....	04
	Antonio Crístian Saraiva Paiva	
2.	GLOBALIZAÇÃO E TRABALHO O FANTASMA DA INUTILIDADE .....	11
	Antonio Marcos de Sousa Silva	
3.	CUBA: OS ENIGMAS HISTÓRICOS DE UMA REVOLUÇÃO EM PROCESSO .....	15
	Diogo Valença de Azevedo Costa	
4.	REFORMA AGRÁRIA: UM DIÁLOGO DE MÚTIPLAS PROPOSTAS .....	22
	Fábio Alves Ferreira	
5.	CIDADES: TEORIAS E INTERVENÇÕES .....	25
	Irllys Alencar Firmo Barreira	
6.	SOBRE ESPELHOS, ABISMOS E CORDAS .....	29
	J. Luiz Bica de Melo	
7.	SOCIOLOGIA DA MUDANÇA SOCIAL DE GUY BAJOIT: A SOCIOLOGIA RELACIONAL E O PARADIGMA IDENTITÁRIO .....	33
	Leandro Raizer	
8.	GEOPOLÍTICA E COLONIALIDADE: A PRODUÇÃO DO IMAGINÁRIO INTERNACIONAL NA AL .....	38
	Maíra Baumgarten	
9.	A SÓCIO-COSMOLOGIA DOS YUDJÁ ..	42
	Marco Antonio Gonçalves	
10.	SOCIOLOGIA FIGURACIONAL .....	44
	Marcos José Diniz Silva	
11.	VIDA E MORTE NO TRABALHO .....	49
	Nicolas Dodier	
12.	MATERIALISMO E NATUREZA NA ECOLOGIA DE MARX .....	53
	Raul Patrício Gastelo Acuna	
13.	CONSTRUINDO UMA SOCIOLOGIA DA ARTE OU PARA UMA SOCIOLOGIA DA SOCIOLOGIA DA ARTE .....	58
	Sabrina Parracho Sant'Anna	
14.	EM BUSCA DE SEGURANÇA NOS DOMÍNIOS DE UMA IDÉIA.....	61
	Teresa Cristina Furtado Matos	
15.	A SOCIOLOGIA NA SAÚDE PÚBLICA .....	67
	Leonardo Biscaia de Lacerda	
16.	UM SOCIÓLOGO E SEUS RITUAIS.....	72
	Luiz Antonio de Castro Santos	



Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

## RESENHAS

### POR UMA SOCIOLOGIA MENOR: G. SIMMEL

Resenha do livro de SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, 120p.

Antonio Crístian Saraiva Paiva<sup>1</sup>

Num texto em homenagem a um dos autores clássicos do cânone da literatura ocidental, G. Deleuze e F. Guattari (1977) equivocam os hábitos da crítica literária ao caracterizarem a obra de seu homenageado, a saber, Franz Kafka, como sendo uma “literatura menor”. Em que consistiria, então, o minoritário, na obra de Kafka? Ou, o que seria uma literatura menor? Os autores apontam três características da literatura menor: ela introduz um coeficiente de desterritorialização no sistema da língua maior; trabalha num espaço exíguo, microscópico, no qual “cada caso individual é imediatamente ligado à política”, em contraponto à formação de blocos em amplo espaço da literatura maior; e aponta o “agenciamento coletivo de enunciação”, e nesse estado de “raridade”, “tudo adquire um valor coletivo”, permitindo conceber outra coisa que não “uma literatura dos mestres”. Opondo, assim a literatura menor à literatura maior, de mestres, os autores apontam, em seguida, que “grande e revolucionário, somente o menor”, e daí a pertinência para nós dos problemas de uma literatura menor: “como arrancar de sua própria língua uma literatura menor, capaz de escavar a linguagem e de fazê-la seguir por uma linha revolucionária sóbria? Como tornar-se o nômade e o imigrado e o cigano de sua própria língua?”

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia, professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC.

Kafka diz: roubar a criança no berço, dançar na corda bamba. (...) Estar *em* sua própria língua como estrangeiro; “servir-se do polilingüismo em sua própria língua, fazer desta um uso menor ou intensivo”, seguindo “linhas de fuga criadoras”<sup>2</sup>...

Aproveito, por minha própria conta, essa caracterização do “minoritário”, para evocar a obra de um outro autor, não mais no campo literário, mas no da teoria social: o alemão Georg Simmel (1858-1918), que se localiza (ou se localizou), relativamente ao cartel dos “pais fundadores” e de sua inserção nos quadros institucionais acadêmicos da ciência social, numa posição de marginalidade e “inexpressividade oficial” (Moraes Filho, 1983: 08). Teríamos em Simmel uma sociologia menor?

Para além do “calvário acadêmico” de Simmel<sup>3</sup> (Vandenberghe, 2005: 35), tornaram-se já anedóticas as antonomásias cunhadas em torno de sua figura enquanto intelectual: alguém “cheio de espírito”, “outsider” da teoria social de sua época (Lukács, 1993: 201), “ciscador dispersivo de vários terrenos” (Moraes Filho, 1983: 10), “esquilo filosófico pulando de uma avelã a outra, preocupado apenas em roê-las” (Ortega y Gasset), “acrobata intelectual”, “bricoleur”, “flâneur sociológico” (Vandenberghe, 2005: 47, 198, 40), “virtuoso na forma do ensaio” (Waizbort, 2000: 11), “exibicionista acadêmico”, “arrogante no uso do método empírico” (Giddens, 1971: 150, 156), além ainda de todos os rótulos atribuídos a seu pensamento: “vitalismo, relativismo, esteticismo, formalismo, irracionalismo, psicologismo, impressionismo e tantos mais” (Waizbort, 2000: 11)...

Estaríamos diante de um fazer sociológico minoritário, desterritorializador de fronteiras, disciplinas e objetos? O nomadismo dos temas (quer solenes, quer anódinos) e do repertório teórico (sociologia? filosofia? literatura? seria a enciclopédia chinesa de Borges que Foucault evoca em *As palavras e as coisas*?), a insistência na extração estética das interações humanas (*Wechselwirkungen*), rubricado como “panteísmo estético”, como “filosofia da vida”, essa “poetização do social”, manifestada na atenção à multiplicidade das “respirações sociais” (Maffesoli, 2005: 235s), tudo isso fala de uma inquietação do pensamento, de uma intensividade, de um polilingüismo, de uma reflexão sociológica “cigana” (mas nem por isso menos rigorosa, já que, segundo apontou Bourdieu, o rigor se opõe à rigidez, isto é, à morte da inteligência...), que nos faz revocar aquela idéia do “minoritário” no exercício do pensar e do fazer sociológicos, que

---

<sup>2</sup> Os trechos citados encontram-se no Capítulo 3.

<sup>3</sup> Julgo importante destacar, junto com Waizbort, que tal “calvário” acadêmico não foi desejado por Simmel, bem ao contrário: “a sociologia surgia, para o Simmel da época, como uma possibilidade de inserção profissional, e seus esforços na delimitação da ciência precisam ser compreendidos na mesma medida como esforços pela sua institucionalização. E isto significa, ainda, o esforço para obter uma posição acadêmica, uma cátedra” (2000: 516). Possibilidade de inserção postergada indefinidamente pelo anti-semitismo da instituição universitária da época. Isto é: impossibilidade de inserção. Aqui, mais uma vez, retomamos Deleuze e Guattari, quando os mesmos, a propósito de Kafka, indicam “o beco sem saída que barra aos judeus de Praga o acesso à escritura e que faz da literatura deles algo impossível” (1977: 25).

recusa modelos ‘santificados’ de sociedade (Giddens, 1971: 151), e se dedica, mediante um estilo criativo e original, à construção de uma *teoria relacionista da modernidade* (Vandenberghe, 2005), destacando elementos importantes da tragédia cultural moderna: o surgimento da vida nas metrópoles, o advento do dinheiro e a separação das esferas da cultura objetiva e subjetiva, das formas e conteúdos das sociações (*Vergesellschaftungen*), em que a “raridade”, o “microscópico” nos permitem acesso ao valor coletivo de enunciação e de produção da subjetividade moderna. Uma sociologia menor, então?

De qualquer modo, o mote de uma *kleine Soziologie*, certamente cabe pelo menos no sentido de que este texto, *Grundfragen der Soziologie (Individuum und Gesellschaft)*, traduzido em português como “Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade”, teve como propósito apresentar-se como um resumo da portentosa obra de Simmel *Soziologie: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung* (1908). Na “intertextualidade” das obras de Simmel, costuma-se referir-se esta última como a *grande Sociologia*, enquanto a primeira obra é tomada como a *pequena Sociologia*...

Assim, das grandes obras de Simmel, a primeira que chega em versão integral ao leitor brasileiro, é precisamente, esta pequena Sociologia... Espantoso que um autor tão citado e agora tão em voga nos debates dos cientistas sociais ainda não tenha merecido do mercado editorial brasileiro a publicação de sua obra integral ou pelo menos das obras mais significativas, tais como a *grande Sociologia*, *Filosofia do dinheiro*, a *Sociologia estética*, *Sociologia e epistemologia*, etc. No entanto, para sermos justos, cabe dizer que este não é privilégio de Simmel. Há vários “clássicos” que não mereceram tradução de suas obras principais, ou que tiveram edição esgotada e não reeditada. Neste contexto, esta Nova Biblioteca de Ciências Sociais, dirigida por Celso Castro, deve ser saudada entre nós, por fazer circular, alguns por primeira vez, como é o caso do livro de Simmel, textos clássicos das Ciências Sociais.

Preparado, portanto, em 1917, como resumo da sua grande obra de 1908, mediante solicitação de alunos, poucos antes de sua morte, este livro tem a sorte de obras que possuem as mesmas feições: obras de maturidade, preparadas em proximidade da morte do autor, num formato compacto. Lembro como texto que possui o mesmo perfil o ensaio de Sigmund Freud “Esboço de psicanálise”, no qual o inventor da psicanálise pretende fornecer uma apreciação sintética dos achados de sua ciência. O caráter conciso do texto engana-nos em relação à facilidade de leitura. Do mesmo modo que o *Esboço* não é propriamente obra introdutória, obra para principiantes, as *Questões fundamentais da sociologia* também prestam-se mal ao papel convencional de livro “introdutório” ao pensamento de Simmel (inclusive, a introdução de seções, tópicos e subtítulos nos capítulos já é operação do organizador do texto em inglês, que o tradutor brasileiro consultou e seguiu). De fato, trata-se de um texto que nos lança de um golpe só no

projeto sociológico do autor, sem notas explicativas, sem discussão de conceitos importantes (interação, sociação, dualismos forma x conteúdo, cultura objetiva x cultura subjetiva, etc.), enfim, sem muito amparo ao leitor iniciante na obra do eminente sociólogo alemão.

O livro compõe-se de quatro capítulos, e logo no capítulo inicial aponta (num claro deslocamento analítico em relação ao conhecido primeiro capítulo da grande Sociologia, *O problema da sociologia*), um quadro amplo e hábil de perspectivas sociológicas (os capítulos 2, 3 e 4 da pequena Sociologia são “exemplos de sociologia”: sociologia geral, sociologia formal ou pura e sociologia filosófica), no qual as relações entre individualidade e cultura se colocam como questão privilegiada, como “pólos fundamentais da própria idéia de cultura filosófica” (Waizbort, 2000:532, 491) que é a marca característica de sua sociologia e de sua análise da modernidade. Assim, nesta pequena sociologia, o eixo do livro é a tematização sociológica da *relação entre indivíduo e sociedade*, questão que é coletânea à fundação da sociologia como disciplina com pretensão científica, e que reaparece com toda a força neste início de segundo século da ciência da sociedade. Isto por si só não deixa de interessar: como um tema “canônico” muitas vezes é abordado como temática “emergente”...

Se os “pais fundadores” da ciência social, cada qual com uma conceitualidade própria, tentaram resolver, ou melhor, tematizar tal relação, apontando zonas de atrito, disjunções, diferenças de níveis (este um termo usado por Simmel) entre a esfera do indivíduo (subjetividade, eu, personalidade, motivações, impulsos, vida pessoal, representações individuais, fatos psicológicos, nível da ação, dos atores, do vivido) e da sociedade (determinações exteriores, relação com a alteridade, com os imperativos sociais, nível da estrutura, do sistema, da impessoalidade), com Simmel este problema se configura como eixo da reflexão filosófico-sociológica da modernidade: “O problema verdadeiramente prático da sociedade reside na relação que suas forças e formas estabelecem com os indivíduos – e se a sociedade existe dentro ou fora deles” (p. 83).

Pensar uma outra topologia da relação indivíduo-sociedade, atentando tanto para a disjunção de níveis, mas não deixando por outro lado de enfatizar a “imanência da sociedade no indivíduo” (p. 83). Em Simmel esta topologia barroca, enviesada, cheia de dobras, pregas, entre os níveis individual e social, aponta para a dupla natureza do ser humano (*homo duplex*): ao mesmo tempo em que a sociedade lhe é imanente, o indivíduo não se resume a ser membro integrante do grupo social. Daí a retomada da idéia kantiana do antagonismo da “sociabilidade insociável” do homem: “o indivíduo sempre é mais – e outra coisa – do que apenas um membro da sociedade” (Vandenberghe, 2005: 99), mas deve necessariamente recorrer às formas de sociação disponíveis para realizar a obra de sua vida: *Werde, der du bist!* – tal como a fórmula Nietzsche. Assim, não há diluição do indivíduo no grupo (como num *monismo* sociologizante),

mas nem por isso este lhe é oposto (como segundo o *individualismo*). O *interacionismo* ou o *relacionismo* de Simmel indica, mais que uma oposição entre os pólos da individualidade e da cultura, a individualização como a outra face da socialização (Vandenberghe, 2005: 147), e entre cultura subjetiva e cultura objetiva, jogam-se jogos múltiplos, com respirações diversas e dialéticas relacionais sem síntese...

Se não há dúvida de que no plano epistemológico Simmel sustenta diversos dualismos (indivíduo x sociedade, mundo da vida x mundo do sistema, forma x conteúdo, etc), não devemos entender que tais dualismos possuam alcance ontológico, substancialista, como se, no caso da relação indivíduo-sociedade se tratasse de essências qualitativamente diferentes. O recurso aos dualismos, seu kantianismo, serve para melhor visualizar aquilo que singulariza cada um dos pólos da relação, e não é demais insistir que estes dualismos mesmos são construções cognitivas, sínteses intelectuais que o pensador usa para compreender os campos que investiga, fornecendo mapas cognitivos de compreensão do mundo, e não pretendendo um realismo de teor totalizante, como que mandatário autorizado de dizer a verdade do mundo...

Temos, assim, no primeiro capítulo, intitulado “O âmbito da sociologia” uma discussão sobre as controvérsias epistemológicas da sociologia como ciência. Fazendo uma discussão crítica, tal como todos os outros “pais fundadores” da ciência social, do conceito “abstrato” de sociedade, sugere de forma mais precisa a definição da sociedade como “interação psíquica entre os indivíduos” (p. 15), como uma realidade “tão subjetiva quanto objetiva” (idem), dependendo do “ponto de vista”, da “posição de distanciamento” (p. 14) que se empregue. Prosseguindo nesse esforço de redefinição, Simmel aponta: “a sociedade, cuja vida se realiza num fluxo incessante, significa sempre que os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si e pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros. A sociedade é também algo funcional, algo que os indivíduos fazem e sofrem ao mesmo tempo, e que, de acordo com esse caráter fundamental, não se deveria falar de sociedade, mas de sociação” (p. 18).

Sendo dessa forma redefinida para além do realismo e do fetichismo conceitual (“a sociedade não é uma substância, mas um acontecer”, p. 18), tal conceituação possibilita ir além dos “objetos tradicionais da ciência social” (p. 16), expressos nas formas cristalizadas e institucionalizadas de interação, permitindo estar sensível “toda a variedade policromática e a unidade dessa vida social tão clara e tão misteriosa” (p. 17), renovando o campo dos objetos e das abordagens sociológicas. O tratamento que Simmel dá a esses objetos não-solenes – a conversa, o segredo, a fidelidade, a carta, o estranho, a ponte, a coqueteria, a refeição, a moda, etc. – demonstra a idéia de que “há inúmeras formas de relação e modos de interação entre os seres humanos que aparecem em casos isolados de maneira insignificante, mas que, inseridos nas formalizações ditas oficiais e abrangentes, sustentam, mais que tudo, a sociedade tal como a



conhecemos” (p. 16). A sociologia pode, nesse sentido, ser evocada como método de abordagem da vida social enquanto “produção social”, alternativo ao modo puramente individual e ao modo transcendental de compreensão da vida humana (p. 21).

O plano de exposição dos três capítulos seguintes nos é dado por Simmel na parte final do capítulo 1, onde destaca os três conjuntos de problemas que caracterizam a reflexão sociológica – 1. o estudo sociológico da vida histórica, no qual as categorias de interpretação e o método sociológicos desempenham papel de inteligibilidade da história humana enquanto produção social; 2. o estudo das formas sociológicas, que circunscreve a tarefa da sociologia como descrição das formas de interação da(s) sociedade(s), colhendo dos fenômenos estudados seu momento de sociação (p. 33); 3. o estudo dos aspectos epistemológicos e metafísicos da sociedade, que avançam na direção da cultura filosófica que subjaz à reflexão sociológica simmeliana, no seio da qual disputam entre si os vetores de sociação da cultura subjetiva e objetiva. Os outros capítulos podem ser lidos, portanto, como desdobramentos, ou exemplificações de cada um daqueles conjuntos de problemas.

O Capítulo 2: “O nível social e o nível individual (Exemplo de sociologia geral)” pontua as diferenças de nível entre o indivíduo e a massa, as hesitações do indivíduo e as determinações do grupo, evocando, por meio de uma linguagem genética, desenvolvimentista, evolutiva, o aprimoramento dos elementos e funções espirituais encarnados no desenvolvimento da individualidade (p. 43). Fala-se assim, por exemplo, na passagem dos elementos mais primitivos e inferiores para os mais sofisticados e mais novos, a diferenciação dos indivíduos como sinal da complexificação das relações sociais (p. 45), a superioridade do indivíduo sobre a massa, com o desenvolvimento de formas de pensamento não-consensuais e não redutíveis a emoções coletivas, com a complexificação de estilos e modos de interação, no qual a ligação entre as pessoas se dá a partir de círculos cada vez mais heterogêneos. Por meio dessa “mitologia” evolutiva do social, Simmel quer dar a ver dois processos simultâneos e aparentemente paradoxais que vão marcar a modernidade: incremento de sociabilidade e o recuo do nível social diante do nível individual.

O capítulo 3 “A sociabilidade (Exemplo de sociologia pura ou formal)” aponta o avanço da sociabilidade como forma de interação característica da modernidade. De início, Simmel apresenta uma sucinta distinção entre conteúdos e formas no estudo da vida social, destinando o estudo das últimas como seara da sociologia: “a sociação é a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados –, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam” (p. 60). O estudo dessas formas é precisamente mister do analista social. A sociabilidade é esse terreno em que os interesses humanos podem exprimir-

se, em termos de cultura subjetiva, assumindo feições lúdicas, dramatúrgicas, proxêmicas e estilizantes da existência, permitindo ao indivíduo exprimir-se, mediante as práticas da conversação, da coqueteria, da sociabilidade do salão, das exposições, etc. de forma diversificada e escapar à interação homogênea com os outros (p. 70), trazendo ao indivíduo “um sentimento de libertação e alívio” (p. 82). Esse capítulo apresenta de forma admirável o paradigma estético, lúdico, simbólico, espiritualista da análise social simmeliana, a dramaturgia das formas de sociabilidade.

O último capítulo “Indivíduo e sociedade nas concepções de vida dos séculos XVIII e XIX (Exemplo de sociologia filosófica)”, completa aquela dialética entre cultura subjetiva e cultura objetiva mencionada no capítulo 2, apresentando as duas concepções de individualidade engendradas pelo modelo civilizatório ocidental: o individualismo quantitativo do século XVIII, organizado pela conjunção das idéias-valor da igualdade e da liberdade, como forma de livrar o indivíduo das amarras sociais (p. 91); e em seguida o individualismo qualitativo do século XIX, no qual aquela conjunção entre igualdade e liberdade mostrou-se não só irrealizável, mas antes, excludente, cabendo escolher por uma das duas exigências. O socialismo seria, no limite, a adesão ao primeiro valor, em detrimento do segundo e, no outro extremo, o dinheiro e os derivados da economia monetária (liberalismo, livre concorrência), seriam a opção pela liberdade em detrimento da igualdade.

De todo modo, o que se configura nessa análise é a disjunção entre o social e o humano que norteia o pensamento ético de Simmel, projetando nova luz sobre a “ética do indivíduo” (p. 85), na qual “a perfeição do indivíduo seja um valor objetivo”. O indivíduo não sendo posse da sociedade, buscará, nas formas sociais, modos de exprimir “sua força e excelência”, e o “trabalho sobre si mesmo” (p. 86) não deve ser visto tanto como força anti-social, mas como modo de aperfeiçoamento dessas formas de interação social e de nosso querer artista, acrescentando um *mais-de-vida*, um *máximo-de-vida* (*Mehr-Leben*) aos descaminhos que tem caracterizado a tragédia da cultura moderna até nosso presente.

Possa essa “pequena sociologia”, com o desafio e a aposta que nos dirige ainda depois de 90 anos, re-alimentar nossa cultura sociológica de uma vontade de potência e reativar as possibilidades de pluralismo e democracia de uma cultura subjetiva para os dias de hoje, segundo a qual viver a vida, de preferência de maneira bela, possa não ser uma questão menor...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

GIDDENS, Anthony. Georg Simmel. In: RAISON, Timothy. (org.). *Os precursores das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

LUKÁCS, G. Posfácio à memória de G. Simmel. In: SIMMEL, G. *Filosofia do amor*. São Paulo : Martins Fontes, 1993.

MAFFESOLI, Michel. O paradigma estético (a sociologia como arte). In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold. (org.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora UnB, 2005.

MORAES FILHO, Evaristo. Introdução. In: SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo : Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

VANDENBERGHE, Frédéric. *As sociologias de Georg Simmel*. Bauru, SP: Edusc; Belém: EDUFPA, 2005.

WAZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo : Editora 34, 2000.

\*\*\*\*\*

## GLOBALIZAÇÃO E TRABALHO: O FANTASMA DA INUTILIDADE

Resenha do livro de SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006, 189p.

Antonio Marcos de Sousa Silva<sup>4</sup>

A célebre frase de Marx, “tudo que é sólido se desmancha no ar”, parece atender perfeitamente às premissas do novo capitalismo na modernidade líquida<sup>5</sup>. As mudanças no campo econômico, político e social afetaram as estruturas psíquicas dos indivíduos, uma vez que a fragmentação das instituições do “estado de bem-estar” reconfigurou os projetos de vida das pessoas, sobretudo no que diz respeito ao mundo profissional, com o fim dos empregos vitalícios, da rigidez burocrática e o desmonte dos serviços de saúde e educação.

A nova economia construiu uma “sociedade das capacitações” em que tudo é pautado na velocidade. Vence aquele capaz de se adequar ao padrão das empresas globalizadas, cuja lógica é permeada pela flexibilização do tempo. O talento e a dedicação, outrora sinônimos de uma ética do trabalho lucrativa, agora cedem lugar ao verbo reciclar, visto que as organizações empresariais já não propiciam um contexto de longo prazo.

A liberdade fluida é o lema do novo capitalismo. Para que? Liberdade para se expandir, para procurar mão-de-obra barata nos países em desenvolvimento, para solapar as leis

---

<sup>4</sup> Sociólogo pela Universidade Federal do Ceará e bolsista do Laboratório de Estudos da Violência.

<sup>5</sup> A modernidade líquida é o momento no qual impera as relações de curta duração, pois tudo muda quando você menos imagina. A velocidade com que tudo se transforma, é a características desta nova era (BAUMAN, 2001).

trabalhistas, que há muito tempo foram infringidas e desprezadas, contribuindo, assim, para o avanço da desigualdade econômica e da instabilidade social no mundo moderno.

Esses são os principais temas do novo livro do sociólogo Richard Sennett: *A cultura do novo capitalismo*, lançado no Brasil em 2006. A obra é fruto de um ciclo de palestra realizada pelo autor nas Conferências Castle, na Universidade de Yale, em 2004.

Sennett salienta que esta nova cultura, que transforma o trabalhador em um consumidor ávido por novidades, principalmente aquelas que espantam o fantasma da inutilidade, é o motor das mudanças no mundo do trabalho. Aliás, as mudanças tecnológicas também são fatores determinantes na cultura do novo capitalismo, uma vez que investir em máquinas é mais lucrativo do que pagar pessoas para trabalhar.

Todavia, Sennett restringe sua análise quando afirma que as mudanças institucionais no mundo do trabalho, ocasionadas pela cultura do novo capitalismo, compreendem apenas setores mais avançados da economia: alta tecnologia, finanças globais e as novas empresas de prestação de serviços com três mil ou mais empregados (p. 20). O autor afirma que este pequeno pedaço da economia exerce forte influência cultural na economia dominante, passando uma idéia globalizante da situação.

A obra está dividida em quatro capítulos, precedidos por uma pequena introdução. O primeiro capítulo deste livro, intitulado a **Burocracia**, trata das mudanças conjunturais e estruturais que aconteceram nas empresas capitalistas, com o advento do novo capitalismo. De acordo com o autor, as amarras burocráticas deram vez a instituições flexíveis. O contraste entre o “novo” e o “velho” simboliza o fim das antigas estruturas burocráticas que tanto Weber ressaltou no decorrer de seus estudos.

O modelo burocrático, segundo Sennett, afetava as instituições e a vida individual, tendo em vista que o alto grau de rigidez se assemelhava ao modelo militar. O trabalho vitalício, exemplo desse modelo, assegurava um conforto, uma confiança no futuro ou, como diz Weber, era uma “jaula de ferro” onde todos podiam construir uma vida segura, pois se encontravam presos a ela. Mas, tal modelo deixou de originar lucros para as empresas e instituições públicas. Agora, (des) enjaular tornou-se sinônimo de lucratividade e dinamismo, sobretudo no campo econômico. Sennett postula que para quebrar a “jaula de ferro”, primeiro houve mudanças do poder gerencial para o acionário nas grandes empresas; segundo, ocorreram mudanças internas nas empresas dando-as flexibilidade e agilidade; terceiro, o surgimento de novas tecnologias de comunicação e manufatura, que revolucionou a economia global, substituindo o trabalho humano por máquinas, cuja eficiência não se compara a do ser humano.

De acordo com Sennett, a nova economia forjou uma arquitetura institucional para as empresas semelhante a de um MP3, no qual se pode selecionar e desempenhar, a qualquer

momento, apenas algumas de suas possíveis funções. Tudo isso, porque alterar a produção numa organização flexível faz parte da nova estrutura de funcionamento das grandes empresas capitalistas. Descarta-se pessoal à medida que a empresa transita de uma tarefa a outra, de uma cidade a outra e de um país a outro.

As distâncias sociais entre empregados e empregadores, criadas por esse novo modelo, ocasionaram o divórcio entre poder e autoridade, ressalta Sennett. As empresas flexíveis deram maior autonomia aos seus trabalhadores para não se sentirem responsáveis por eles. Todavia, isso gerou três déficits sociais: o enfraquecimento do conhecimento institucional, a diminuição da lealdade institucional e da confiança. A perda da identidade com o emprego implodiu a velha ética do trabalho que era pautada no orgulho, na confiança, na segurança e na vontade. Nesse sentido, Sennett diz que o social foi minorado, e a desigualdade se vincula cada vez mais ao isolamento.

**O talento e o fantasma da inutilidade**, segundo capítulo deste livro, reascendem o debate sobre a incerteza no futuro. O medo e a insegurança (re) configuraram o *modus vivendis* do trabalhador na cultura do novo capitalismo. Aqueles que não se capacitam, ou melhor, não se reciclam, são transformados em refúgio humano<sup>6</sup>. De acordo com Sennett, existem três fatores que contribuem para o fantasma da inutilidade: o primeiro é a oferta global de mão-de-obra, tendo em vista que o capitalismo busca sua força de trabalho onde, supostamente, os salários são consideravelmente inferiores aos dos trabalhadores dos países desenvolvidos. O Segundo é a automação, que permite aos fabricantes reagirem com rapidez às mudanças na demanda, pois as máquinas executam as tarefas numa extrema velocidade, deixando o potencial humano em plano secundário. O terceiro é o envelhecimento, que se encontra diretamente ligado ao talento. Envelhecimento é sinônimo de inutilidade e de prejuízo, incapacidade de executar uma função dentro de uma empresa, ou realizar uma ordem sem avaliá-la. Por outro lado, Sennett salienta que o jovem causa menos problemas, visto que não construiu vínculos fortes com a empresa, portanto é mais eficiente no trabalho, ou seja, é mais lucrativo.

Nas instituições flexíveis, segundo o autor, o “fazer bem-feito” demanda muito tempo, coisa que não é cabível nessa nova economia. Fazer muitas coisas diferentes de improviso é ideal para estas instituições. A perícia, antigamente cultuada por incentivar o aprofundamento às habilidades, agora é impraticável, uma vez que exige do trabalhador muito tempo.

Não basta ter talento, tem que ter mérito ou ter capacidade, pois “as empresas de ponta e as organizações flexíveis precisam de indivíduos capazes de aprender novas capacitações, em vez

---

<sup>6</sup> Segundo Bauman (2005), aquelas pessoas que não conseguem se adaptar, ou acompanhar os novos padrões da modernidade líquida estão automaticamente excluída social, cultural e economicamente, uma vez que a globalização é excludente, traiçoeira e seletiva, causando morte, fome, desemprego e caos para milhões de seres humanos.

de se aferrarem a antigas competências” (p.107-108). Corroborando com as idéias de Sennett, considera-se que o indivíduo tem que ter aptidão potencial, pois afirmar que você não tem potencial é o mesmo que dizer: você é um inútil, um refugo humano!

**A política do consumo**, terceiro capítulo, ressalta a grande influência do consumismo na cultura do novo capitalismo. Possuir o “novo”, comprar aquela marca se apresenta como o desejo de todas as pessoas. Mas, a vontade de ser dono de algo valioso, traz outra questão: a desigualdade que, segundo Sennett, está sendo reconfigurada tanto em termos de riqueza bruta quanto na experiência de trabalho.

“Comprar” novos conhecimentos para não se sentir inútil, desprezado, é o que impulsiona a paixão autoconsumptiva: o desejo constante de possuir aquilo que é moderno, de última geração. As tecnologias modernas, por sua vez, criam, a todo o momento, novos equipamentos capazes de fazer alguns serviços humanos. Elas são *experts* no transformar e no modificar os “produtos”. Neste contexto, o consumidor aparece encantado pela “novidade”, pelas múltiplas funções que os produtos trazem. A marca, símbolo por excelência do poder que as grandes empresas capitalistas possuem na nova economia, funciona como fio condutor do fetichismo da mercadoria, tão discutido por Marx, pois ela transforma o produto mais valioso do que a coisa em si.

A marca está diretamente ligada ao desejo de possuir algo potente, diferente das outras pessoas, ou melhor, de possuir o único, o singular, afirma Sennett. Ter um objeto potente, como um *iPod*, por exemplo, capaz de arquivar e reproduzir 10.000 canções de três minutos significa experimentar um desejo de potência que se torna gratificante para quem o possui. Contudo, isso é uma ilusão, salienta o autor, uma vez que ele incapacita o usuário por seu próprio excesso de capacidade.

A política do consumo é o reino da encenação, da teatralidade, visto que o vendedor é como um dramaturgo que precisa contar com a crença no faz-de-conta para o consumidor comprar, afirma o sociólogo (p.147). Na verdade, a tecnologia em excesso transforma o consumidor em um cidadão passivo diante das transformações capitalistas que imperam no mundo.

**O capitalismo social em nossa época**, último capítulo deste livro, enumera três valores que vão de encontro à cultura do novo capitalismo: Narrativa, Utilidade e Perícia. Para o autor, *os projetos de vida*, privados dos indivíduos na nova economia, nas últimas décadas ganharam três inovadoras tentativas de criar conexão narrativa no trabalho: a primeira diz respeito à criação de “instituições paralelas” na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, com o desígnio de propiciar aos trabalhadores a continuidade e a sustentabilidade de que carecem as organizações flexíveis que operam a curto prazo (p. 169). A segunda maneira pela qual os indivíduos tecem teias de experiência ao longo do tempo é a partilha de empregos que, de acordo com o autor, aconteceu a

partir de uma reação holandesa contra as empresas flexíveis. Tal reação consistiu na formulação de um sistema em que o trabalho disponível é dividido em metades ou terços, dando ao trabalhador a possibilidade de possuir mais de um emprego. A terceira forma consiste em que cada pessoa deve modelar o tempo às condições que permitam planejar a vida em longo prazo.

A *utilidade* firma-se como um valor social, por motivar as pessoas a se manter estáveis diante da falta de possibilidades reinante nesta nova cultura. Nesse sentido, Sennett diz que existem duas maneiras de se sentir útil: trabalhar no setor público ou fazer trabalhos não remunerados. Os serviços públicos, por mais que estejam sofrendo com as transformações no mundo capitalista, ainda são fontes propiciadoras de *status*, ou melhor, de capital social para aqueles que os possuem. O Estado, como ratifica o autor, ainda se configura como um *lócus* de atividades úteis.

A *perícia* presta-se como valor essencial na luta contra a flexibilização do trabalho. Segundo Sennett, ela incentiva a competição e o compromisso no mundo do trabalho, sobretudo, porque motiva as pessoas emocionalmente a lutar pela sobrevivência. Tendo em vista isso, o autor afirma que “o triunfo da superficialidade no trabalho, nas escolas e na política parece duvidoso. E é possível que a revolta contra essa cultura debilitada seja a próxima página que vamos virar” (p. 180).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Z. *Vidas Desperdiçadas*. (Tradução de Carlos Aberto Medeiros). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BOUDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\*\*\*\*\*

## CUBA:

### OS ENIGMAS HISTÓRICOS DE UMA REVOLUÇÃO EM PROCESSO

Resenha do livro de FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 352p.

Diogo Valença de Azevedo Costa<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

A editora Expressão Popular acaba de lançar, em sua coleção *Assim lutam os povos*, o livro “Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana”, de Florestan Fernandes. Não escrito diretamente para fins específicos de publicação, esse denso e abrangente estudo histórico-sociológico sobre a revolução cubana e a construção do socialismo em Cuba, cuja edição original ocorre nos momentos finais da ditadura *civil*-militar no Brasil e de eclosão da rebeldia operária nos movimentos grevistas do ABC paulista, foi resultante das anotações de aulas ministradas a partir do primeiro semestre de 1979 no curso de pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-SP (p. 17). Depois de quase três décadas de sua primeira edição, o que um livro escrito por um sociólogo brasileiro – distante geograficamente dos acontecimentos políticos de uma pequena nação caribenha – teria a ensinar ao leitor atual sobre Cuba e sua revolução, em especial diante da tão propalada derrota definitiva do socialismo após a queda da União Soviética e do Leste Europeu? Talvez a resposta mais segura a essa indagação seja a de que, em sua premente necessidade política de militante socialista em mobilizar toda a densidade e rigor de sua significativa experiência na prática das Ciências Sociais (de 1941 a 1979, ou seja, correspondendo ao lapso de tempo de quase duas gerações) a fim de compreender e apreender as lições do processo revolucionário cubano, tenha Florestan Fernandes desvendado os enigmas históricos de uma revolução capaz de superar todas as expectativas mais pessimistas (ou otimistas?) sobre seu desmoronamento triunfal dentro de poucos anos daqueles que desejariam contemplar o seu fim, teimando em existir e a continuar sua marcha na construção do socialismo e de uma sociedade mais justa, livre e igualitária. Eis o enigma histórico que Florestan ajuda a deslindar com o ritmo imbatível de sua imaginação sociológica e o vigor de suas convicções políticas, características bem marcantes de todos seus escritos de combate, podendo conduzir o leitor atento deste seu alentado trabalho a tirar suas próprias conclusões sobre Cuba de modo a compensar a avalanche de informações parciais, tendenciosas e ideologicamente manipuladas da mídia internacional aliada aos interesses capitalistas e de sua superpotência mundial.

A audácia dessa nova edição, além do seu valor aludido de desalienação e desmistificação das consciências, se torna ainda mais digna de nota pelos seus acréscimos. A Expressão Popular adicionou como prefácio uma resenha sobre “Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana” elaborada por Antonio Candido e publicada em 1981 no “Folhetim” da *Folha de São Paulo* sob o título de “Uma interpretação exemplar”. O texto de Antonio Candido não apenas ressalta o esforço de Florestan em cultivar um saber que vai além de suas limitações individuais, portanto objetivamente científico, e seu apego existencial à utopia da revolução social, caracterizados como uma “fusão entre conhecimento rigoroso e a força da convicção” ou como uma tentativa quase obsessiva de “harmonizar o saber do sociólogo com a paixão política do socialista”



(Candido, Prefácio, p. 9), mas também resume com bastante elegância e habilidade no uso das palavras os pontos essenciais das quatro grandes partes de que se constitui esse brilhante documento político e sociológico de Cuba e sua revolução, criando uma imagem compacta e vibrante do livro como um convite irrecusável à sua leitura. Além de seu insuperável poder de síntese, o texto de Candido se faz pertinente ao apontar a independência e autonomia do marxismo antidogmático e heterodoxo de Florestan Fernandes, quando este se propõe a reforçar a crítica socialista da revolução cubana pelo aprofundamento da construção da democracia popular já então iniciada pelo Governo e vanguarda revolucionários logo nos primeiros anos do triunfo contra a ditadura de Batista e as primeiras ofensivas imperialistas dos Estados Unidos. Diz Antonio Candido que, em sua análise da edificação do Estado revolucionário e consolidação do poder popular, Florestan “não escamoteia os aspectos negativos, como a tendência ao centralismo estatal, o perigo da hipertrofia e esclerose burocrática, as falhas devidas a erros etc.”, porém o faz salientando o vigor das condições positivas suscetíveis de contorná-los e o empenho da vanguarda em desenvolvê-los até suas últimas conseqüências por meio do estímulo à “iniciativa popular” na participação dos processos decisórios como fator de inibição da burocratização e concentração de poder (Candido, Prefácio, p. 15). Enfim, um prefácio que, em homenagem a uma amizade fraterna e duradoura, se torna agora por um gesto da Expressão Popular elemento vivo das reflexões de Florestan sobre o socialismo em Cuba<sup>1</sup>.

Outros dois acréscimos foram dispostos ao final como anexos. O primeiro é o trecho de uma entrevista de Florestan Fernandes concedida a Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Mota e Gabriel Cohn, ocorrida em São Paulo no Museu da Imagem e do Som (MIS) em junho de 1981<sup>2</sup>. O depoimento de Florestan aí reproduzido é de suma importância por explicitar as relações de sua investigação sociológica sobre a revolução cubana com uma parcela substantiva, crucial e significativa do conjunto de sua produção intelectual: o questionamento acerca do caráter específico da revolução burguesa em países da periferia capitalista e de origem colonial. Florestan revela como essa temática vai tomando corpo e ganhando intensidade nos seus trabalhos de relações raciais, principalmente em *A integração do negro na sociedade de classes*<sup>3</sup>, de modo a conduzi-lo à distinção fundamental entre colonialismo, neocolonialismo e dependência que lhe serviria de parâmetro comparativo com a América Latina e, neste caso específico, com Cuba. Também são esclarecidos nesse primeiro anexo os conceitos com os quais operou sociologicamente – castas, estamentos e classes – para explicar a modalidade de revolução

---

<sup>1</sup> O referido prefácio, junto com outros textos sobre o autor de *Da guerrilha ao socialismo*, pode ser encontrado em Antonio Candido, *Florestan Fernandes*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001.

<sup>2</sup> Ver “Florestan Fernandes, história e histórias”, *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, 42: 3-31, jul.

<sup>3</sup> Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*, São Paulo, FFLCH-USP, 1964; 2. ed., São Paulo, Dominus-Editora da USP, 1965, 2 v.; 3. ed., São Paulo, Ática, 1978, 2 v.

burguesa na periferia, uma espécie de revolução que se alimenta da impossibilidade mesma de concretizar suas aspirações ideais e suas falsas promessas de opulência, cultura e democracia, e a característica decisiva de seu método, de nítida inspiração na dialética marxista, a saber, concentrar seu labor no exame de uma formação social específica e de seus elementos concretos visando apreender as fases do processo histórico de eclosão, desencadeamento, avanços, recuos, retornos constantes aos pontos de partida, reconstruções, tateios, inseguranças, conquistas e tendências futuras da revolução cubana. Por essas e outras razões, a leitura da referida entrevista e de outros trabalhos de Florestan Fernandes além de *A integração do negro na sociedade de classes* como *A revolução burguesa no Brasil*<sup>4</sup>, *Circuito fechado*<sup>5</sup> e *Poder e contrapoder na América Latina*<sup>6</sup> (deste último em especial o terceiro ensaio, “Reflexões sobre as ‘revoluções interrompidas’: uma rotação de perspectivas”), se faz imprescindível para quem deseja ter uma dimensão mais sólida e abrangente de sua complexa e multifacetada visão da revolução e do socialismo em Cuba como elemento particular do espectro social, cultural, político e econômico latino-americano.

O segundo acréscimo à nova edição constitui, por seu turno, um artigo publicado na *Folha de São Paulo* em 01/01/1948, sob o título de “25 anos de castrismo: a vitória da revolução cubana”. Não só uma retomada de suas principais teses sobre o caráter original do socialismo em Cuba para o conjunto da América Latina se apresenta nesse pequeno texto como a principal motivação de Florestan Fernandes. De valor ainda mais profundo e significativo, revelando toda a grandeza de um pensador socialista capaz de compreender e respeitar os dilemas de uma revolução em processo e seus inúmeros obstáculos concretos, seus gargalos e pontos de estrangulamento, são as considerações sobre lacunas a serem preenchidas pelo governo e Estado revolucionários. Assim, ao apontar as limitações da construção do socialismo – a “pobreza e o subdesenvolvimento continuam lá, embora tenham deixado de ser um fator de desigualdade crescente de dominação, de iniquidades sociais e políticas, de exploração do homem pelo homem, de cruel hegemonia estrangeira. A diferenciação do sistema de produção enfrenta barreiras... As bases materiais da instauração do socialismo são comprimidas naturalmente, exigem enormes e permanentes sacrifícios, impõem técnicas drásticas de acumulação e de centralização do planejamento, o que afeta negativamente e por vezes impede uma consolidação mais rápida da democracia proletária” (p. 337-338) – Florestan ao mesmo tempo reconhece que os caminhos de uma revolução proletária são sempre muito difíceis e tortuosos, nada adiantando por isso se apegar a dogmatismos doutrinários, geralmente provenientes de correntes de esquerda, sejam elas

---

<sup>4</sup> Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, 5. ed., São Paulo, Globo, 2006.

<sup>5</sup> Florestan Fernandes, *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*, São Paulo, HUCITEC, 1976.

<sup>6</sup> Florestan Fernandes, *Poder e contrapoder na América Latina*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

marxistas acadêmicas ou extremistas, sem vínculos diretos com as tarefas históricas das lutas e movimentos populares, para se definir o que Cuba deveria fazer para ser categorizada como *socialista* ou ainda mais *democrática*. Ao banir do seu pensamento essas infecções burguesas do marxismo e ao afastar de si as veleidades revolucionárias de extremismos socialistas infantis, Florestan vai se colocar diante da realidade concreta e grandiosa da edificação do socialismo em Cuba como se fosse um partícipe direto dos seus acontecimentos e de sua revolução, compreendendo as dificuldades gigantescas de um processo sempre ameaçado por um cerco capitalista brutal, prepotente, arrogante e cada vez mais hostil. Não esperando de Cuba um milagre, pois “os ‘milagres’ fazem parte da tradição capitalista, especialmente na periferia, porque as promessas nada valem” (p. 338), Florestan sabe que uma revolução socialista exige – por parte de todo um povo – um “sacrifício terrível” e uma “disciplina tenaz” na conquista de um futuro melhor para si, para seus filhos e descendentes (p. 333). Daí também não pedir a Cuba mais do que ela possa oferecer em cada uma de suas circunstâncias históricas, inclusive nos momentos dos recuos táticos penosos e necessários, porém indicando na qualidade de socialista sempre os caminhos alternativos para a autosuperação e consolidação dos avanços obtidos.

Nos limites de espaço de uma resenha crítica sobre um trabalho sociológico tão denso e abrangente, voltado para um processo histórico de longa duração como a revolução cubana, seria impossível chamar a atenção para a totalidade de seu conteúdo. Nesse sentido, seria suficiente resumir as principais teses defendidas por Florestan ao longo de todo o seu esforço de investigação histórico-sociológica sobre Cuba. O livro se encontra dividido em quatro grandes capítulos, dispostos na seguinte ordem: 1. O passado colonial e neocolonial; 2. A guerrilha e a conquista do poder; 3. Economia e sociedade sob o socialismo; 4. Estado revolucionário e poder popular. A discussão de cada um desses tópicos, por sua vez divididos em diversos subitens que revelam a riqueza e pluralidade de aspectos nele envolvidos, foi precedida por uma “Introdução ao estudo de Cuba socialista”, abrindo efetivamente o livro logo após uma breve “nota explicativa”. Numa firme demonstração de honestidade intelectual, Florestan Fernandes não só inicia suas preleções com uma primeira “limpeza de terreno” (p. 27) ao tornar patente sua identificação ideológica com a revolução cubana, explicitando como sua interpretação se vale de uma perspectiva teórica e política proveniente do socialismo, mas também procura situar o surgimento de seu interesse por Cuba como um aspecto mais específico, embora fundamental e decisivo, de sua preocupação mais geral com o futuro dos demais países latino-americanos. Dirá ele: “[eu] não me preocupava com a revolução cubana por si mesma, mas pelo que ela significava para os demais povos da América Latina” (p. 22-3). Investigar Cuba não representava, portanto, um mero exercício de elucubrações acadêmicas e, sim, um esforço de apreensão das lições mais importantes da experiência cubana para a luta revolucionária de outros povos vivendo em

condições neocoloniais ou sob o capitalismo dependente, assolados pela exploração conjunta de uma burguesia interna pró-imperialista e seus sócios externos dos centros hegemônicos e da superpotência mundial. Essas questões foram fortemente debatidas na referida introdução, ao lado de uma rápida antecipação das teses e caminhos da análise desenvolvidos no decorrer das demais partes do livro.

O primeiro capítulo, “O passado colonial e neocolonial”, desvenda os fatores histórico-sociológicos explicativos da eclosão revolucionária em Cuba: a dissolução do pacto colonial com a Espanha representou, na verdade, uma frustração dos sonhos de libertação nacional dos setores sociais mais radicalizados, de origem popular, vinculados às guerras de Independência de 1868 a 1878 e de 1895 a 1898, pela intervenção direta da superpotência imperialista então nascente, os Estados Unidos. A contemporização dos estratos sociais conservadores e retrógrados, comprometidos com a expropriação colonial do excedente econômico, com os interesses imperialistas estadunidenses teve como consequência inevitável o prolongamento indefinido do desenvolvimento do capitalismo sob condições neocoloniais. Esse desfecho desastroso das históricas Guerras de Independência, em Cuba, intensificou de uma tal forma a íntima imbricação entre a aceleração do crescimento capitalista e a ordem social neocolonial, com todos seus efeitos nefastos, desemprego, fome, miséria, analfabetismo, doenças, corrupção, violência colonial etc., que uma revolução inicialmente de libertação nacional, democrática e antiimperialista, desembocaria quase naturalmente numa revolução anticapitalista e socialista. Nesse sentido, o segundo capítulo, “A guerrilha e a conquista do poder”, pode ser considerado um prolongamento do anterior. Como resultado do acúmulo de decepções e insatisfações pelo engodo da solução política dada à Independência, Florestan apresenta o florescimento de um espírito nacionalista libertário<sup>7</sup>, calcado nas tradições insurrecionais de Cuba desde o século XIX e amplamente disseminado entre os “setores mais radicais das várias camadas sociais da população” (p. 92), como a causa mais imediata que explica a rápida passagem das reivindicações de cunho nacional-democrático, circunscritas ao âmbito de uma “revolução dentro da ordem”, para posições especificamente anticapitalistas e socialistas, típicas de uma “revolução contra a ordem”. Segundo Florestan, nenhum outro país da América Latina teria forjado esse tipo de nacionalismo (p. 94), explicando tanto a especificidade da revolução cubana como o papel dos guerrilheiros que, ao se comprometerem com as aspirações mais caras às camadas populares, a exemplo da *reforma agrária*, conduzem o processo até às suas últimas consequências de modo a impedir as manobras das classes dominantes interessadas em resguardar seus privilégios econômicos e políticos. O segundo capítulo se impõe, ainda, à análise de Florestan como um elo de ligação com as duas

---

<sup>7</sup> O escritor cubano José Martí (1853-1895) se apresenta a Florestan como a expressão máxima do nacionalismo revolucionário. A esse respeito, ver Florestan Fernandes, *A contestação necessária*, São Paulo, Ática, 1995, p. 52-7.

outras partes do livro ao considerar a guerrilha como o embrião da futura sociedade cubana, do “homem novo”, do Estado e governo revolucionários, funcionando como um verdadeiro “proto-Estado” (p. 127) amarrado à consolidação do poder popular e como garantia do aprofundamento das transformações mais radicais.

No terceiro capítulo, “Economia e sociedade sob o socialismo”, Florestan passa efetivamente a discorrer sobre as conquistas da revolução nos mais variados campos, da economia, da batalha contra o subdesenvolvimento e a dependência de um só produto primário-exportador, do planejamento, da reforma agrária, da educação, até as primeiras tentativas e os sacrifícios de todo um povo no esforço para diferenciar, diversificar e integrar sua base industrial para fins próprios de aceleração do desenvolvimento nacional. O que há de mais importante, contudo, a ser aqui enfatizado são as inestimáveis contribuições de Florestan Fernandes ao debate marxista sobre o período de transição e o chamado “socialismo de acumulação”. Em Cuba, as difíceis condições de um “arranque socialista” impulsionado pela agricultura são exaustivamente analisadas pelo sociólogo paulistano (p. 188-206). Superando a perspectiva economicista e dogmática de um marxismo vulgar, Florestan não acredita na “decolagem industrial” como um “pré-requisito *sine qua non* da implantação do socialismo e da sua consolidação” (p. 189-90), mas estabelece que não era o açúcar em si: “Só a experiência mostraria que os ‘males de Cuba’ não provinham do açúcar, mas do padrão neocolonial de dominação imperialista e de desenvolvimento capitalista” (p. 189). De modo que antes já aventara a hipótese, a ser considerada com bastante cuidado pelos estudiosos atuais do “período de transição”, de saber se “a revolução agrícola e industrial [poderia] ser um produto e não a condição da edificação do socialismo na periferia do mundo capitalista contemporâneo” (p. 188). O caminho de Cuba ao socialismo seria, portanto, original e não poderia ser reduzido de maneira simplista a uma imitação do modelo soviético e à imagem de um *stalinismo* cubanizado. No quarto e último capítulo, “Estado revolucionário e poder popular”, Florestan desvenda completamente o enigma histórico da revolução cubana. Como pôde triunfar numa pequena nação caribenha, vivendo em situação neocolonial e sob uma terrível dependência da comercialização de um produto agrário-exportador, uma revolução de caráter nacional, antiimperialista, anticapitalista e socialista logo embaixo do nariz da poderosa superpotência, os Estados Unidos? A resposta é tão simples que, apenas devido às deturpações e parcialidade das informações dos meios de comunicação de massa e ao trabalho ideológico dos sacerdotes da burguesia, não se é capaz de perceber que o Estado revolucionário cubano assumiu aspecto político de uma verdadeira “democracia popular” (p. 279). Ora, se esse processo não está concluído e há muitos elementos que precisam ser aperfeiçoados, porém não de acordo com os critérios da falida *democracia ocidental*, seria uma grande ingenuidade sociológica crer na persistência e teimosia de uma revolução socialista sem

amplo apoio popular e inexistência de canais institucionalizados de participação democrática direta. Isso é o que nos ensina Florestan neste seu imbatível livro!

\*\*\*\*\*

## REFORMA AGRÁRIA: UM DIÁLOGO DE MÚTIPLAS PROPOSTAS

Resenha do livro de MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: USP/EDUSP, 2004, 176p.

Fábio Alves Ferreira<sup>8</sup>

O livro do professor Dr. José de Souza Martins<sup>9</sup> enfoca uma questão bastante polemizada nos setores jurídicos e legislativos da pauta de ações para a sociedade contemporânea brasileira. Embora não se trate de uma problemática moderna, a reforma agrária sugere um diálogo de múltiplas propostas, de acordo com o grupo que a ela faz referência.

A obra é importante, pois resgata um assunto que urge, na sociedade brasileira, por uma resposta plausível. Um retorno que contemple a demanda de cidadãos que vivem condições desumanas de sobrevivência, enquanto que uma pequena minoria usufrui da exploração dos camponeses. O objetivo do livro, *reforma agrária: o diálogo impossível*, segundo o próprio autor, é apontar para a insuficiência dos termos designados para denominar a população pobre do país, sugerindo uma reflexão sociológica e teoricamente fundamentada que permita situar grande problema de desigualdade social no Brasil.

O autor faz uma crítica ao sistema econômico hegemônico no mundo, recusando-se a utilizar o termo “excluídos”, para designar a população pobre do país. O termo revela uma consciência conservadora visto que não pressupõe uma mudança do sistema, mas uma legitimação do mesmo. Para Martins o termo confere hegemonia ao sistema que gerou a exclusão, inviabilizando desta maneira, uma política de transformação da estrutura. Na verdade, o termo “excluídos” denota que a solução é uma inclusão dos que estão pretensamente fora do modelo vigente e não uma forma de governo que atenda a demanda dos movimentos populares.

O termo “*pobre*”, na perspectiva do estudioso dos movimentos camponeses, seria mais indicado, pois denomina o que de fato é a grande maioria da população brasileira. Os

---

<sup>8</sup> Mestrando do programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo.

<sup>9</sup> O autor é professor da USP e pesquisa sobre a questão agrária brasileira e os movimentos camponeses.

denominados, “excluídos” já foram incluídos nas funções residuais e subalternas de um sistema econômico cuja essência significa o lucro de uns e a perda de outros.

Para Martins, há dois temas que estão sempre pendentes na história do Brasil, em torno dos quais existe uma reflexão na literatura brasileira. Trata-se da questão do trabalho escravo, que embora extinto em 1888, ainda perdura em algumas situações; a outra pendência refere-se à questão agrária, a falta de autonomia do trabalhador rural brasileiro e sua maior fonte de subsistência, que é a terra. Contundente em sua crítica à atual forma de organização social e econômica do Estado Brasileiro, Martins defende a classe pobre e sua identidade. Esta constituinte da pátria brasileira, torna imprescindível o direito de acesso à terra, para que o trabalhador possa colher o fruto sazonal da fartura, para que possa fecundar a terra e assim fecundar a continuidade de sua própria vida, com o direito de sonhar e migrar da condição de mendigo, desabrigado, sem terra, sem teto, para um situação de oportunidade e esperança.

Em contrapartida os partidos políticos não assinalam um interesse real em mudar as estruturas, pois possuem um compromisso com a classe dominadora, fazendo desta maneira um papel de manutenção do Estado, o qual é protagonista da história. Para Durkheim, o estado possui força de coerção sobre o indivíduo, definindo desta maneira a consciência coletiva da sociedade. Lamentavelmente, Martins, destaca a opinião de alguns intelectuais que frisam a ineficácia da reforma agrária, mantendo os pobres fora do campo e alheios à autonomia, em prol de um mal menor, que evite o prejuízo do desenvolvimento capitalista. Compartilha desta opinião, Francisco Graziano, considerando que a reforma agrária seria muito custosa para o governo, sendo mais viável o desenvolvimento de políticas sociais que atendam à demanda pobre da população.

Martins enfaticamente afirma que o Movimento dos Sem-Terra e a Comissão Pastoral da Terra, foram as principais organizações responsáveis pela inclusão da questão agrária na agenda política do Estado brasileiro, como um problema social de urgência. A reforma agrária em sua perspectiva, não deve estar restrita à reivindicação dos movimentos populares. Este processo mescla interesses dos trabalhadores rurais, da sociedade, do capital e do Estado. Martins estabelece uma crítica muito interessante ao papel destas organizações, afirmando que ambas conseguiram um grande passo em prol da reforma agrária, ao incluí-la como tema oficial do governo. Negam este avanço, no entanto, quando não constatarem que a reforma agrária passa por uma questão explicitamente política, pois supõe acordo quanto a sua viabilidade da mesma. A extensão, a forma e a qualidade da reforma, são questões complexas e produto de uma sociedade politicamente burocrática. Diferente por exemplo do tipo de sociedade que o MST e a CPT toma como exemplo: Cuba, Nicarágua El Salvador, Guatemala, sociedades nas quais, na perspectiva de Martins, houve maior facilidade de viabilizar a reforma agrária de forma fundamentalista.

Martins afirma que os movimentos sociais da atualidade se constituem na verdade num hibridismo de idéias religiosas, científicas, políticas e partidárias. Além disso, são equivocados em suas reivindicações, pois admitem como ideal uma sociedade na qual o povo não precisa reivindicar. Desta maneira, Martins afirma que o próprio movimento explicita a idéia de anormalidade de seu ato. Isso acontece quando o movimentos reivindicam uma ação do governo que só age sobre pressão. Assim comenta Martins: “*existe má compreensão do que é a sociedade moderna e democrática e péssima compreensão da moderna função histórica de sua própria existência e de sua própria ação*”. (p.61).

Esta concepção pressupõe que o estado ideal é aquele que arranca da sociedade toda as suas iniciativas, absolutamente as antecipa e unilateralmente apresenta solução para os problemas sociais. Uma negação da concepção dos camponeses como sujeitos do processo histórico e das mudanças que pretendem.

A obra é dividida em quatro capítulos, alguns dos quais resulta da participação do autor, em forma de conferência, em eventos ou publicações em periódicos. O primeiro capítulo, reporta-se às mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. O que realmente se constitui no que Martins chama de anomia dos movimentos sociais é o fato das reivindicações por reforma agrária partirem dos setores sociais que não representam as classes em nome das quais se reivindica. A oratória dos porta-vozes revela um discurso que não corresponde aos anseios do homem do campo, que de fato sofre as implicações constantes da ausência de uma reforma agrária. As reivindicações são mediadas por setores partidários politicamente.

No segundo capítulo é destacada a inviabilidade da reforma agrária, que não é produto de um só governo. Para realizar uma reflexão sociológica que não se confunda com opiniões passionais e ideológicas, Martins faz algumas pontuações: a reforma agrária tem a sua própria temporalidade; é uma questão histórica; a política de reforma agrária depende de se conhecer a questão agrária para a qual ela é uma resposta. Nos capítulos seguintes, Martins salienta o importante papel desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), no processo de reforma agrária e no fortalecimento de movimentos populares. Também resgata o socialismo como modelo que apresenta sugestões significativas para o capitalismo, como a crítica socialista da exploração e da dominação dos seres humanos no capitalismo.

Finalmente, Martins define reforma agrária, como todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra, sobretudo quando a sua posse representa um entrave histórico ao desenvolvimento da sociedade baseado nos interesses de sua maioria. (p.102). Para tanto a mediação dos partidos políticos é imprescindível, não obstante existirem outros setores que tem mediado a ação em torno da reforma agrária, como o MST e a CPT.



Mas, há o que Martins chama de “lenta retomada do seu domínio sobre o território”. (p.123). O Estado tem empreendido estas ações, através de medidas restritivas ao direito de propriedade: o código de água (não permite a posse do subsolo); a não possibilidade de domínio sobre as terras de marinhas (áreas litorâneas); o tombamento de bens históricos, e a restrição na exploração de bens de interesse turístico e ambiental; o repasse aos índios, de suas posses; a punição a quem não possui reserva ecológica em seu território; confisco das propriedades utilizadas na produção de plantas tóxicas, como por exemplo, o plantio de maconha. (p.123).

*Reforma agrária: o impossível diálogo* é uma obra que revela um profundo conhecimento da temática que se propõe trabalhar, embora, devemos admitir, que em virtude de sua brevidade não se constitui num trabalho que contemple o assunto em sua inteireza. Apesar disto, esta obra deve ser lida por todos aqueles que desejam sincera e honestamente compreender a situação agrária brasileira, a forma como o governo trata a questão e a atuação das instituições de mediação.

\*\*\*\*\*

## **AS CIDADES SOB O OLHAR DA TEORIA**

Resenha do livro de FREITAG, Bárbara. *Teorias da Cidade*. Campinas: Papirus, 2006, 192p.

Irlys Alencar Firmo Barreira<sup>10</sup>

Sociologia e cidade possuem uma espécie de pacto estabelecido, desde o momento em que o espaço urbano passou a significar a expressão mais evidente de processos sociais. De fato, os teóricos pioneiros do arcabouço sociológico tomaram a cidade como referência importante para pensar a instituição de solidariedades e divisão do trabalho (Durkheim), trocas mercantis e relações de poder (Weber) e acumulação e dominação do capital (Marx). Cabe, portanto, lembrar que a sociologia nas pegadas da modernidade teve a cidade emergente como pano de fundo para identificar situações de anonimato, conflitos sociais e múltiplas sociabilidades que fazem o viver cotidiano do cidadão.

Não por acaso, uma análise sobre teorias da cidade caminha ao lado de uma incursão sobre as formas contemporâneas sociológicas de interpretar o mundo social. É nesse percurso da cidade como vivência e interpretação, que o livro de Bárbara Freitag toma como objeto de reflexão as

---

<sup>10</sup> Doutora em Sociologia, professora titular do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC.

teorias da cidade em uma perspectiva diacrônica ampla, percorrendo as principais escolas da sociologia urbana.

Se a teoria pode ser vista como abstração de contingências empíricas ou históricas, o livro de Bárbara Freitag incursiona em uma perspectiva diferente, expondo o pensamento sobre o urbano em sua afirmação concreta: uma fonte de inspiração para urbanistas, arquitetos e planejadores. Inspiração muitas vezes utópica, como a autora enfatiza em sua introdução, tornando não casual as reflexões feitas por urbanistas e sociólogos sobre as articulações entre cidade e imaginário.

As investigações de Bárbara sobre as itinerâncias das capitais brasileiras, que é tema de sua pesquisa mais recente, já consideraram a recuperação do arcabouço imaginário que cercou as deliberações políticas presentes nas disputas por hegemonia de poder, cujo exemplo mais significativo encontra-se na construção de Brasília.

O livro revela também as itinerâncias da autora por capitais européias, especialmente Berlim, lugar onde Bárbara Freitag exerceu atividades de didática e pesquisa na Universidade Livre, na Universidade Humboldt e Universidade Técnica, solidificando sua experiência ampla e diversa para pensar o mundo urbano em sua complexidade.

O impulso da publicação de um livro sobre as teorias da cidade não veio, entretanto, só da vivência peculiar da pesquisadora. Alunos provenientes de muitas áreas incitaram a conveniência da escrita, considerando a necessária conexão entre pensamento, didática e intervenção. Estas seriam também características da autora que sempre utilizou a teoria como instrumento para pensar e intervir.

As teorias da cidade abordadas no livro não seguem um critério cronológico de apresentação. Tampouco percorrem um traçado histórico das cidades tomadas como referência analítica. Nas palavras da autora, “Meu intento é “construir” uma teoria das cidades no exame de todas as teorias formuladas através do tempo e que tenham condições de explicar e compreender o fenômeno urbano hoje, ontem e no futuro” (p.11). Se a pretensão é ambiciosa não paga tributo a característica didática do texto que, na verdade, abre diversas perspectivas analíticas incluindo a dimensão filosófica, psicológica e antropológica da vida urbana.

A natureza interdisciplinar da reflexão sobre as cidades emerge nas vinculações do espaço urbano com os planos econômico, político, social e cultural. A cidade, pontuada como o lugar paradigmático da experiência societária, torna-se o palco das enunciações teóricas presentes no livro, no qual também se desenrolam a vida e obra de cada pensador.

O desafio de um empreendimento amplo, no qual estão presentes tradições filosóficas e experiências socioculturais, exigiu da autora um recorte através de escolas que se voltaram para o entendimento do fenômeno urbano. As teorias da cidade foram apresentadas no plural, tendo em

vista a diversidade de pensamentos oriundos de matrizes teóricas distintas que em algumas circunstâncias se interpenetram. O livro faz um mapeamento de pensadores clássicos, apresentando visões de mundo que solidificaram as teorias urbanas, sem descuidar da possibilidade de propor formas possíveis de intervenção na cidade.

Na escola alemã são anunciados autores como Marx, Engels e Sombart, entre os clássicos que perceberam os conflitos sociais urbanos como a forma emergente societária do alvorecer capitalista. Outros autores como Simmel, Weber, Benjamin são objeto de uma análise mais detalhada, haja vista as reflexões que anunciaram sobre as formas do viver na cidade. No pensamento desses autores destaca-se a prioridade conferida à vida mental na cidade, com alta divisão econômica e social do trabalho apontando novo valor na história mundial. Em Weber, desatacam-se as classificações das cidades e a relação que estabelecem com as várias formas de poder.

Nas incursões sobre o pensamento de Benjamin é destacada uma leitura metodológica da cidade, na qual se anuncia a sensibilidade para verificar as passagens, os sinais e os símbolos como fontes de observação. É no âmbito desse circuito que a cidade emerge como alegoria.

As reflexões de Ronald Daus sobre a temática urbana apontam os períodos pioneiros das cidades de Lisboa, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Manília. Trata-se de um exame metodológico criativo das cidades baseado em filmes, vídeos desenhos, gravuras, romances policiais etc. São registros que representam cidades extra-européias, carentes de uma reflexão teórica diferenciada das categorias convencionais da sociologia urbana.

A escola francesa representada em autores como Fourier, Haussaman, Corboisier e Lévi-strauss, Touraine, Lefebvre, Castells e Touraine aponta uma abordagem que prioriza aspectos teóricos, utópicos incluindo práticas voltadas para a intervenção. Os autores da escola francesa privilegiaram o uso do espaço e sua produção social. Argumenta Bárbara Freitag que os alemães pensaram a essência histórica das cidades, enquanto os franceses a perceberam como instituição racional e utópica.

Marcada pelo pragmatismo e utilitarismo, a escola anglo-saxônica do Reino Unido, é também apresentada no livro como parte significativa do desenho teórico dos expoentes do pensamento urbano. Nela, figuram autores como Thomas Morus, cuja tônica utópica é também utilitária e crítica, Peter Hall, Patrick Guedes e outros caracterizados pela capacidade de perceber os problemas urbanos ao lado de potenciais saídas. A cidade em Thomas Morus evocava a funcionalidade das trocas do trabalho e do tipo de governo. Outros autores da mesma escola valorizaram as possibilidades de execução de medidas tendo em vista a melhoria das cidades. Na perspectiva de Howard Ebenezer verifica-se o plano de descongestionar e sanear as cidades. Em Raymond Unwin, observa-se a proposta de criar as cidades jardim. Em Peter Hall chama atenção

para a força estruturante do componente cultural presente na história das cidades.

Uma consideração especial da escola americana aparece na prioridade conferida à Escola de Chicago, reconhecida como marco do pensamento urbano moderno. Nessa corrente teórica, que tanto influenciou urbanistas e sociólogos, destacam-se os já considerados clássicos Robert Park, Louis Wirth, Lewis Mumford. Em Richard Sennet, cujas preocupações cerceiam as possibilidades de expansão do espaço público, emergem as tentativas de pensar a cidade como o lugar moral : “A cidade é o lugar que nos ensina como um ser humano vem a ser humano”.

Uma outra ordem de reflexão aponta a dimensão globalizante de cidades que passam a tornar-se espécies de palco do mundo. Saskia Sassen, percorrendo a trilha dos fenômenos urbanos contemporâneos, estuda as grandes metrópoles como Nova York, Londres e Tóquio observando a vida urbana alterada pelos efeitos da globalização.

A Escola Americana caracteriza-se também pelos desenvolvimentos macroestruturais do século XX e XXI, considerando-se o caráter pioneiro que emprestaram à tecnologia das estradas arranha céus..

Para além da construção de teorias como base solidificada do pensamento urbano moderno, Bárbara Freitag preocupa-se com a recepção desse arcabouço em várias pesquisas brasileiras. No âmbito da absorção dessas teorias, vários estudiosos da temática são apresentados. Autores como Milton Santos e urbanistas como Lúcio Costa são destacados na busca de aliar teoria e prática na reflexão sobre o espaço urbano. Entre os arquitetos mencionados Nestor Goulart Reis Filho é considerado o arquiteto que contribuiu para o estudo da evolução urbana no Brasil liderando a “Escola de pensamento urbano em São Paulo”.

A apresentação da problemática urbana, feita ao longo do livro, não é de natureza estritamente descritiva. Ao pensamento crítico alia-se a tentativa de pensar as cidades em seus dilemas atuais. Segundo as palavras da autora, “Está na hora de desenvolver, no Brasil, uma pesquisa voltada para as cidades brasileiras, considerando-se sua história e seu contexto ecológico e cultural. Também projetos e planos para a solução multidisciplinar da “questão urbana” (p.134).

De certa forma o desafio já foi enfrentado no momento em que a autora iniciou a pesquisa sobre as capitais itinerantes no Brasil seguindo a trilha dos urbanistas clássicos que perceberam as articulações da cidade com a política e a utopia.

Na tentativa de extrair do pensamento a matriz para a intervenção sociológica a autora afirma que a solução brasileira não poderia ser desenvolvida de maneira técnica ou estética, exigindo transformações macroestruturais da economia e da política. Os insucessos das transferências das capitais brasileira já revelam que o problema não é de ordem administrativa.

O final da obra trata da megalopolização das cidades Latino Americanas, considerando a

transformação rápida de metrópoles em megalópoles com características de um crescimento descontrolado e desregrado. Os processos em curso são considerados um dos resultados da globalização da economia e do mercado com efeitos sobre a vigência de muitos problemas sociais. Observa-se, nessa situação, a existência de cidades como México, Rio de Janeiro, São Paulo e Buenos Aires. A autora aborda a especificidades desses aglomerados urbanos analisando os problemas da favelização e da periferação, observando ainda as possibilidades de superação. Entre elas, a perspectiva de criação da cidade policêntrica, com centros urbanos menores e autônomos.

Trata-se, enfim, de uma obra dinâmica que articula teoria e análise das viabilidades de se repensar a vida na cidade. A percurso da obra tem tudo a ver com a idéia da teoria como instrumento de pensamento e intervenção.

Resta ainda o desafio, não tratado no livro, de perceber os modos de percepção das cidades por moradores de vários segmentos sociais. Este seria um complemento importante na medida em que a cidade praticada ou vivida, como já afirmou Michel de Certeau, traz sempre pontos de criatividade não previsíveis nos planejadores e teóricos da vida urbana. O planejamento, portanto, é sempre uma visão a ser testada e repensada, haja vista ser a cidade a dimensão viva e pulsante do cotidiano contemporâneo.

\*\*\*\*\*

## **SOBRE ESPELHOS, ABISMOS E CORDAS**

Resenha do livro de Martha Nélide RUIZ. *El espejo intoxicado: heperrealismo, hiperconsumo e hiperlógica en las sociedades posmodernas*. Barcelona: Octaedro, 2006, 127p.

J. Luiz Bica de Mélo<sup>11</sup>

A idéia central do livro da socióloga, comunicóloga e poeta mexicana Martha Nélide Ruiz é a de que vivemos, nos dias de hoje, um processo de *ontologopatia*, isto é, de “*doença do ser*” – transtorno na própria dimensão identitária do ser, em decorrência dos processos de *dividuação*, ou seja, de fragmentação do ser no qual a tecnologia e o consumo de bens materiais e simbólicos ocupam lugar importante no cenário de luzes e sombras por onde navegam necessidades e desejos de individualidades e coletividades. Estaríamos em um tempo de muitas sombras disfarçadas pelo

---

<sup>11</sup> Professor titular do PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, Brasil. E-mail: [jlbica@unisinis.br](mailto:jlbica@unisinis.br).

*néon*, tentando jogar um jogo de cartas embaralhadas entre simulacro e realidade que dão o tom das novas irracionalidades.

Lançado no final de 2006 “*El espejo intoxicado; heperrealismo, hiperconsumo e hiperlógica en las sociedades posmodernas.*” é um livro instigante porque enfrenta os paradoxos dos tempos “pós-modernos” por meio de um bisturi bem afiado que analisa as partes sem recortá-las porque a parte é, analiticamente, somente um dos “platôs”- faço aqui alusão ao conceito de multiplicidade de Gilles Deleuze e Félix Guattari – dentre outros tantos “mil platôs” que se justapõem. É um livro que perturba e desconforta. Por isso mesmo leitura essencial nestes tempos “pós-modernos” em que as certezas no progresso, na razão e nas ideologias ou utopias sedutoras e anestésicas que pautaram a modernidade, esfumaçaram-se velozmente sem trazer conforto ou certezas.

Tendo como aporte uma constelação transdisciplinar do conhecimento, a autora transita dentre e faz com que dialoguem -, os enfoques sociológico, político, filosófico, psicológico e comunicacional. Desse horizonte de heranças múltiplas do qual Martha Nélide Ruiz demonstra sólido domínio dos conceitos (atuando como uma artesã que conhece a matéria com que trabalha e as ferramentas adequadas para talhá-la), tem-se um texto claro e preciso que nos apresenta e demonstra, sem recortes ou maquiagem, a dureza do cotidiano fragmentado de seres despedaçados escondidos por detrás dos espelhos que já não conseguem mais refletir a própria imagem.

Na demonstração do argumento central, exercita o ofício de escritora que consegue fazer ver o que estava oculto, buscando exemplos nas diversas tecnologias informacionais (computador, telefone celular, internet, vídeos, filmes, programas de televisão), bem como em pesquisas experimentais realizadas pela autora (que é também terapeuta infantil) e seus colegas na Universidade de Tijuana.

Para chegar ao centro de seu edifício argumentativo, o de que na pós-modernidade tem-se um acelerado processo de *ontologopatia* ou “*patologia ontológica*” (p. 50), a autora desenvolve três noções fundamentais para a compreensão do livro: *hiperrealismo*, *hiperconsumo* e *hiperlógica* que relacionadas às de *ontologopatia* e de “*dividual*” (p.12), possibilitam compreender porque o espelho está intoxicado.

O livro está dividido em três capítulos. No primeiro, sob o título “*La serena disforia, del Homo videns y del Homo fiction: hiperrealismo*”<sup>12</sup> apresenta-se o significado de hiper-realismo. Se na modernidade, objetivada pela sociedade industrial, a vida social e o consumo eram regulados tendo como referência produção e correspondência com as necessidades, a pós-

---

<sup>12</sup> Mantivemos as citações em espanhol, mas temos a expectativa de que em breve o livro seja traduzido para o português e seja lido por um público amplo.

modernidade passa a ser, em grande medida, regulada pela dimensão da reprodução – de *simulacros*, como diria Jean Baudrillard – que, longe de constituir fingimento ou mesmo imitação, constituem um mundo de imagens difundidas pelas moderníssimas tecnologias comunicacionais (nas suas diferentes formas de publicidade e de apelo ao consumo), no qual a própria referência à realidade é substituída e eliminada pelo signo. Tem-se a eliminação da representação (correspondência entre significado e referente real), embaralhando-se a realidade e a ficção e estabelecendo-se o poderoso império da imagem. Indo um passo além de Baudrillard, a autora afirma ao analisar o poder dos info-comerciais – mas que podemos estender para outras formas de imagem, que “*Su poder cautivador se basa precisamente no en la fusión de realidad e ficción, sino en la anulación de ambas. La imagen es más real que la realidad y más ficticia que la ficción.*” (p.17). Com análises do cabelo em 3D (p. 15-16), do tratamento dado pela TV em seus noticiários e programas de auditório, *reality shows* (tipo Bigh Brother), efeitos dos filmes de desenho animado sobre as crianças –, neste caso, baseada em pesquisa empírica (p. 26–33), análise dos videogames e sua relação com a violência infantil (p. 35-41) e também o uso das imagens nos jornais impressos (ilustrativo exemplo à p. 45), a autora afirma:

El problema crucial del hiperrealismo es que está enfocado a la insensibilización, a hacer cotidiano el horror para exorcizarlo, a minar en el ser humano lo que precisamente le hace ser humano, a romper los lazos de solidaridad, el sentido de pertenencia y la compasión, a hacernos que dejemos de soñar, de pensar, de imaginar, elementos básicos, necesarios e intrínsecos al proceso de la creación. (p. 47-48).

“*La gula posmoderna: hiperconsumo*” é o título do segundo capítulo. Aqui a autora desenvolve o conceito de hiperconsumo (já analisado dentre outros por Gilles Lipovetsky), ou seja, um tipo de consumo de bens materiais e simbólicos descolado da categoria econômica e antropológica de necessidade material e simbólica. O que a autora inova em sua análise do hiperconsumo é o fato de argumentar que ao se consumir bens materiais ou simbólicos descolados de referentes lógicos, a própria dimensão de realidade (no plano filosófico) não representa parâmetro para o consumo e tampouco a dimensão da busca de satisfação de desejos (plano antropológico) o faz. É o consumo que consome aquele que pensa estar consumindo porque “*el hiperconsumo va mucho más allá de la acumulación de objetos. Quienes hiperconsumen por lo general tienen límite de acumulación, se van deshaciendo de las cosas para las cuales no tienen algún tipo de apego afectivo ou efectivo.*” (p.52). O hiperconsumista é a um só tempo ansioso e insatisfeito, atravessado por um sentimento de falta e de angústia (p. 53). Diante desse quadro, o estabelecimento de relações afetivas – amorosas, de lealdade, amizade, cuidado com o outro - fica comprometido ou sem espaço e lugar, na medida em que a “novidade”, o “último tipo” do celular,

do computador ou do refrigerador (“*Del tianguis al ágora virtual*”- p. 69-74 -, ilustrativo da capacidade narrativa da autora, constitui exemplo dramático do triunfo da tecnologia sobre o humano no que se refere às dimensões pós-modernas da própria forma de consumir); o “último lançamento”, a última moda”, “ver-se *cool*”, levam ao descarte do “velho”, do “desatualizado”, do “fora de moda”, o medo de não estar *in*. Ao procurar diferenciar-se do comum (estabelecer *distinção* – aqui fazemos alusão a Pierre Bourdieu), prende-se cada vez mais na armadilha do mesmo, em decorrência da velocidade com que a tecnologia se transforma na conformação de novos tipos de consumo. O relato das transformações da TV preto e branco às moderníssimas tecnologias de comunicação (p. 58-61), constitui exemplo importante de análise da formação de processos de dependência, criados pela tecnologia, e das relações entre tecnologia e hiperconsumo, estimulada no próprio meio familiar e social.

No terceiro capítulo denominado “*El purgatorio de la razón: hiperlógica y no-razón*”, discute-se o processo relacional de hiperlógica e não-razão, que para a autora constitui o processo de doença do ser e que faz com que este mesmo ser perca, cada vez com maior rapidez, a capacidade de olhar-se no próprio espelho, ou seja, encontrar-se e colocar-se diante da própria imagem, e que pode ser resumido na figura de um “equilibrista que perde a corda”.

El equilibrista pierde la cuerda, la que debe atravesar todos los días de su vida desde que los enseñaran que tenía que mantener-se en equilibrio, caminando cautelosamente, siempre con temor, calculando perfectamente el nivel de tensión, el peso, la distancia. Pierde las cuerda que divide su mundo en dos: la razón y la no-razón, la `cordura' y la `locura', lo real y lo hiperreal. (...). Todos somos equilibristas. (p.75)

(...) y la sombra de nuestro cuerpo dejó de feflejarse en el espejo. (77).

Em sua análise do hiperconsumo de “bens educativos”, a autora apresenta exemplo elucidativo de uma dimensão em que, ao adentrar em um beco sem saída que vai do jardim de infância ao pós-doutorado, sente-se a acentuação dessa fratura dramática do ser hiperconsumista – em cuja onda os pais envolvem os próprios filhos –, no qual não resta tempo para ser criança e, no outro lado da moeda, não há lugar para um trabalhador hipertitulado. Transcrevemos aqui uma reflexão apresentada pela autora, tirada do capítulo primeiro (p.38), mas que entendemos importante como “ponte” para “*Trabajadores del mundo uníos... en reclamo de la esclavitud!* (p. 88-90). Eis o relato:

Mi hija de nueve años, atormentada por la tareas escolares que lo roban la tarde me dijo un día llorando: `Mamá por qué siete horas de escuela no bastan? Por qué tenemos que seguir trabajando en la casa? Que los profesores acaso no fueran niños, o ya se los olvidó? No se dan cuenta de que el tiempo de ser niño es tan corto y el tiempo de ser adultos es tan



largo? Por dondequiera que voy sólo veo a los adultos con caras tristes, o preocupados. Yo quiero seguir siendo una niña'. (p.38).

*“Construye tu propio límite o no construyas nada si no te apetece: alternativas de resistencia”*. Este é o título do Epílogo (p. 93-100), no qual a autora entende que: *“Podemos renunciar a um montón de reglas absurdas que limitan la creatividad, la espontaneidad y el espíritu humano. Podemos dejar de anestesiar y mutilar el instinto animal que es parte de nuestro fundamento.”* (p.98). Em sua análise dos elementos limitantes da criatividade e da espontaneidade, enfim, da dimensão animal do humano, encontra-se a tecnologia. Mas a concepção da autora não é de recusa ou retorno a uma espécie de neo-ludismo. Afirma claramente:

Reconozco el valor de la tecnología. De hecho este libro se ha valido enormemente de ella, pero no puedo dejarme seducir a tal punto que no pueda ver los peligros que encierra, el mal uso que se le ha dado, las trampas que nos tiende. No puedo dejar de admirarla en su valor instrumental, pero no puedo dejar de creer que la tecnología, que no sirve para ayudar a reducir las enormes diferencias entre quienes la crean y la hiperconsumen y entre quienes las maquilan y la subconsumen, simplemente no tiene sentido. (...). (p. 94-95).

Afirmamos inicialmente que o livro é perturbador e continuamos a dizê-lo. Perturba, porque os argumentos apresentados nos colocam no centro de um furacão, qual seja, o dos dilemas humanos nos tempos pós-modernos. Dentre os méritos do livro, que procuramos apresentar de forma sumária, e como mais um convite à leitura, destacaremos o fato de que não apresenta receitas ou propõe discurso normativo. A autora propõe, antes de tudo, o respeito e a reflexão livre do outro; o “outro” que somos todos e cada um. Inclusive propõe a possibilidade de, se não quisermos, não construirmos nada.

É tempo de estendermos a corda! É tempo de buscarmos o espelho em meio às cinzas! É tempo de buscarmos a imagem no fundo do abismo! Ou não?

\*\*\*\*\*

## **SOCIOLOGIA DA MUDANÇA SOCIAL DE GUY BAJOIT: A SOCIOLOGIA RELACIONAL E O PARADIGMA IDENTITÁRIO<sup>13</sup>**

Resenha do livro de Guy Bajoit. *Le changement social: Approche sociologique des sociétés occidentales contemporaines*. Paris: Armand Collin (Collection Cursus), 2003-a. 188p.

Leandro Raizer<sup>14</sup>

Guy Bajoit, professor emérito da Universidade Católica de Louvain, na Bélgica, é autor de inúmeros livros e artigos nos quais apresenta instigantes resultados de pesquisas e realiza teorizações sobre as mudanças sócio-culturais nas sociedades ocidentais. Entre as suas preocupações destaca-se a busca de uma síntese sociológica entre os estudos macro e micro sociais, nesse sentido, sua sociologia relacional pode ser localizada entre os teóricos da ação social (Bajoit, 1992). Para tanto, parte de uma minuciosa revisão teórica e intenso diálogo que abarca as idéias de teóricos clássicos (Weber, Marx, Durkheim) e contemporâneos (Simmel, Mead, Tourraine, Giddens, Foucault, Dubar).

No presente livro, Bajoit continuando seu esforço para renovar o potencial compreensivo da sociologia diante das grandes mudanças sociais contemporâneas, busca explicar as condutas coletivas, a ordem e a mudança - buscando no indivíduo, como objeto e sujeito de suas relações sociais-, o princípio de explicação, fazendo assim uma sociologia relacional, fundada em um paradigma *identitário*. Esse paradigma pressupõe que a vida social deve ser compreendida através da análise das relações simbólicas e materiais estabelecidos entre os indivíduos na busca de constituir e realizar sua identidade ao longo de sua existência.

O livro está estruturado em sete capítulos, além da introdução e da conclusão. Em cada capítulo o autor apresenta uma proposição que, na leitura cumulativa do livro, forma juntamente com as demais, um todo coeso que acaba por permitir um vislumbre da forma como ele compreende o mundo atual e suas mutações.

*A sociologia relacional e o paradigma identitário: sete proposições*

No primeiro capítulo (Position Epistemologique) partindo da seguinte proposição: “*la sociologie ne peut comprendre la vie sociale d’aujourd’hui qu’en plaçant le sujet individuel au*

---

<sup>13</sup> Resenha do livro: (versão em francês) *Le changement social: Approche sociologique des sociétés occidentales contemporaines*. Paris: Armand Collin(Collection Cursus), 2003-a. 188 pp. Escrito por Guy Bajoit. (versão em espanhol) *Todo Cambia. Análisis Sociológico del Cambio Social y Cultural en las Sociedades Contemporâneas*. Santiago de Chile: LOM, 2003-b. (versão em português prevista para ser lançada no Brasil ,em 2007, pela editora da UNIJUI).

<sup>14</sup> Doutorando em Sociologia pela UFRGS. Membro da ISA. Colaborador do Grupo de Estudos Sobre Universidade (GEU/UFRGS) e do Centro de Estudos e Documentação sobre Inovação, Conhecimento e Sustentabilidade (CEDCIS/UFRGS). Bolsista Capes.

*coeur de son approche*”(Bajoit, 2003-a, p. 15); o autor realiza uma revisão teórica dos clássicos da sociologia. Segundo ele, poderíamos identificar quatro paradigmas principais nas reflexões sociológicas clássicas: integração; alienação; contrato; conflito. Em sua visão, nenhum deles conseguiu abarcar completamente as dimensões – indivíduo-objeto e indivíduo-sujeito. Nos dois primeiros, o indivíduo foi reduzido a um objeto, não é mais que o produto do funcionamento de uma estrutura que atua sobre ele, formando sua consciência e sua vontade. Já nos outros dois, configura-se um paradigma da ação; embora o primeiro dê uma ênfase extremada ao indivíduo racional e; o último, apenas reconheça o sujeito como membro de uma coletividade.

No final do capítulo, partindo das reflexões de Tourraine e Giddens, propõe a ênfase da investigação sociológica sob a égide de um novo paradigma, o *identitário*, no qual destaca-se o papel do sujeito na produção de interações e significações sociais<sup>15</sup>. Nesse sentido, Bajoit entende por sujeito: a capacidade do indivíduo de atuar sobre si mesmo para construir sua identidade, administrando as tensões existenciais que geram/produzem as suas relações com os outros sujeitos do mundo. Nessa perspectiva, a sociologia busca integrar a explicação objetiva (os fatos sociais, estruturas inconscientes) e as *significações vividas* (a compreensão dos sentidos que os sujeitos atribuem a suas condutas), mostrando como uma e outra se relacionam. Assim, é sobre o *indivíduo-sujeito* que deve ser fundada uma nova sociologia, dotada de uma epistemologia específica.

No segundo capítulo (*Le contrôle Social*) nos é apresentada à segunda proposição do livro: “*la vie sociale implique des contraintes du collectif sur les individus qui en sont membres* “ (Bajoit, 2003-a, p. 37). Para Bajoit a vida dispõe as sociedades bens materiais limitados, devido a isso, o acesso a eles é regulado, sendo permitido ou não a cada membro da coletividade. Em outras palavras, há condições *vitais*, cuja manutenção é condição *sine qua non* para a sobrevivência e desenvolvimento de todo grupo ou sociedade (ver problemas vitais da vida coletiva, quadro 1, abaixo). A não satisfação de alguma dessas necessidades poderia levar a crises e, até mesmo, a destruição de uma coletividade.

---

<sup>15</sup>“Toute théorie sociologique repose sur un postulat anthropologique enraciné dans la culture, qui la sous-tend et sans lequel elle ne pourrait rien expliquer : l’homme est un être qui a besoin d’approbation sociale pour le paradigme de l’intégration ; un être de domination pour le paradigme de l’aliénation ; un être calculateur pour le paradigme du contrat ; un être capable de solidarité pour le paradigme du conflit. La sociologie que nous proposons, à travers le paradigme identitaire, fait de l’homme un être en recherche constante de construction et de réalisation de son identité.” (Bajoit, 2003-a, p. 23)

Quadro 1 . Problemas vitais da vida coletiva

Problemas vitais da vida coletiva	Forma de gerenciamento	Elites	População
Administrar as riquezas	Potencia	Classe administradora	Classe produtiva
Administrar a ordem interna	Poder	Elites estatais	Sociedade civil
Administra a integração	Autoridade	Hierarquia	Dirigidos
Administrar o consenso	Influencia	Grupos estabelecidos	Minorias
Administra as relações externas	Hegemonia	Entidades hegemônicas	Entidades dependentes

Fonte: Guy Bajoit (2003-b, p. 41), adaptado por Raizer, L.

No final desse capítulo, o autor aprofunda as reflexões sobre as formas de gerenciamento dos problemas vitais, enfatizando as transformações ocorridas na passagem do modelo social *disciplinar* para o *dialógico*.

Por sua vez, no terceiro capítulo (Le contrôle culturel) Bajoit apresenta sua terceira proposição: “*les contraintes sociales ne sont supportables et efficaces que parce qu’elles ont un sens culturel légitime aux yeux des individus* “ (Bajoit, 2003-a, p.53). Nesse capítulo o autor discorre sobre as mutações ocorridas no modelo cultural surgidas com as transformações na sociedade industrial, e surgimento da sociedade baseada no consumo e no modelo informacional. Segundo ele, os homens são mais suscetíveis de aceitar normas e imposições se houver a garantia de certa quantidade de segurança material e imaterial, seriam quatro as necessidades básicas que deveriam ser garantidas: segurança física, tranqüilidade moral, conforto material, equilíbrio psíquico.

Conforme Bajoit existiriam quatro modelos culturais típico-ideais, em cada um encontra-se formas diferentes de respostas às necessidades vitais das sociedades e de cada indivíduo: o modelo *securitário* corresponde à satisfação de necessidades físicas; o *místico*, a tranqüilidade moral ; o *técnico*, ao conforto material; e, o *identitário*, ao equilíbrio psíquico.

Já no capítulo quarto (Les pratiques des relations sociales) no qual o autor aborda questões relativas à construção de identidades coletivas, nos é apresentada a quarta proposição do livro: “*par la pratiques des relations sociales, structurées par des contraintes sociales et matérielles et par des sens culturels, les individus se socialisent et forment leurs identités collectives*” (Bajoit, 2003-a, p. 63). Nesse capítulo Bajoit, de forma integrada, aborda o surgimento e consolidação dos grupos sociais partindo da análise da socialização desde o ponto de vista do indivíduo e, dos macro-tipos de relações sociais estabelecidas pelas diversas formas de identidades coletivas.

Nessa perspectiva, a transição da sociedade industrial para a informacional-identitária teria sido marcada pelo declínio das grandes identidades coletivas: tanto a burguesia, o Estado Nação,

o movimento dos trabalhadores e, os partidos revolucionários perderam sua centralidade no processo de construção identitária no novo modelo cultural de desenvolvimento.

No capítulo quinto (La gestion relationnelle de soi), partindo das reflexões do impacto do declínio das grandes identidades coletivas, Bajoit trata do conceito de *identidade pessoal* e descreve a forma como essa se relaciona com a identidade coletiva. Partindo da proposição “*les identités collectives sont traversées par des tensions existentielles que les individus gèrent pour construire leur identité personnelle*” (Bajoit, 2003-a, p.89), o autor define o conceito de identidade: a identidade é, e resulta - sempre provisória e em transformação - de um trabalho do ser humano sobre si mesmo ou, o que ele denomina de *gestão relacional de si* ou, ainda, trabalho de construção identitária. Nesse processo de busca e construção da identidade, os sujeitos tendem a buscar a conciliação nos seguintes elementos: sentimento de reconhecimento e pertencimento social, consonância entre a construção identitária almejada e a identidade atual e, ligação entre a identidade e o papel social assumido pelo sujeito. Diante da complexidade desse processo, e da dificuldade em conciliar esses distintos elementos, podemos encontrar sujeitos *anômicos*, *fragmentados* e em processo de *negação*.

Também nesse capítulo, Bajoit constrói uma tipologia identitária que abrange desde o sujeito conformista, adaptado, rebelde, conservador, pragmático, etc ; até o inovador. Outro ponto importante diz respeito ao mal-estar surgido com as mutações nas tensões existenciais, e que está presente na relação indivíduo-sociedade. Esse mal-estar configura-se numa contradição, vivida com maior intensidade pelos mais jovens, os quais não encontram vínculos possíveis entre a sua identidade atual e a almejada. Essa crise é agravada e se desenrola em meio a quatro incertezas : *insegurança material* ( desemprego ) ; *sistema desacreditado* ( crise de legitimidade e eficiência nas principais instituições sociais ) ; *competição* ( visão de mundo no qual cada um deve lutar pelo seu interesse ) ; «ausência » de grandes modelos de referência cultural.

Já no capítulo sexto (Les logiques d’action sociale) através da proposição “*pour réaliser leur identité personnelle parmi les autres, les individus s’engagent dans des logiques d’action sociale*” (Bajoit, 2003-a, p.103), o autor discute as relações estabelecidas entre a busca de realização através da construção identitária e as lógicas de ação coletiva. Para tanto, propõe uma ampla tipologia para mapear as novas formas e lógicas de engajamento social surgidas nas últimas décadas: ativismo ecológico, altermundialismo, etc.

Por fim, no último capítulo do livro (Le changement socio-culturel) com a proposição “*en s’engageant dans des logiques d’action sociale, les individus (re)produisent les contraintes et les sens qui structurent leurs relations sociales*” (Bajoit, 2003-a, p.123) o autor relaciona a produção e reprodução das *estruturas estruturantes* da vida social com a prática social cotidiana dos atores,

demonstrando assim, a forma pela qual nossas ações estruturam e são estruturas, a partir da significação individual que cada sujeito dá as suas práticas.

Dessa forma, conclui Bajoit que as mudanças sociais têm origem na dinâmica das relações entre os atores individuais e coletivos. Mais precisamente, cada indivíduo ao buscar construir e realizar sua identidade pessoal através de suas relações com os outros, estabelece vínculos e contratos para obrigá-los a fazer o que ele deseja; produz sentidos para justificar, a seus olhos e aos olhos dos demais, o que faz; esses sentidos e os vínculos condicionam as relações sociais que ele pratica com os outros; essas relações, por sua vez, formam as identidades coletivas, que são atravessadas por tensões estruturais, as quais o indivíduo tem de gerir no processo de construção da identidade pessoal; para realizar essa identidade pessoal ele se engaja, juntamente com outros, em lógicas de ação; e, é devido a essas ações que cada indivíduo, ao longo de sua existência, (re) produz os vínculos, contratos e sentidos que estruturam as relações sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAJOIT, Guy. *Le changement social: Approche sociologique des sociétés occidentales contemporaines*. Paris: Armand Collin(Collection Cursus), 2003-a. 188 pp.

\_\_\_\_\_. *Todo Cambia. Análisis Sociológico del Cambio Social y Cultural en las Sociedades Contemporáneas*. Santiago de Chile: LOM, 2003-b.

\_\_\_\_\_. *Pour une sociologie relationnelle*, Paris: Puf, 1992.

\*\*\*\*\*

## GEOPOLÍTICA E COLONIALIDADE: A PRODUÇÃO DO IMAGINÁRIO INTERNACIONAL NA AL

Resenha do livro de Margarethe Born Steinberger. *Discursos Geopolíticos da Mídia – jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo, Cortez editora, 2005, 310 p.

Maíra Baumgarten<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Doutora em Sociologia, professora da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFRGS. Coordenadora do Centro de Estudos e Documentação em Conhecimentos, Inovação e Sustentabilidade ([www.ufrgs.br/cedcis](http://www.ufrgs.br/cedcis)) Editora da Revista Sociologias do PPGS – UFRGS.

Vivemos em uma sociedade mundializada, híbrida de arcaísmos, de promessas frustradas da modernidade e de pós-modernidades instáveis. Fundamentalismos econômicos e religiosos, crises de legitimidade e rompimento dos laços de solidariedade são traços característicos do mundo contemporâneo. Algumas questões que surgem como relevantes nesse contexto são: como as forças sociais hegemônicas expressam e viabilizam estratégias de dominação? Qual o papel da ciência e da mídia nos processos atuais de distribuição/concentração de poder, conhecimentos e bem-estar social?

A ciência moderna, como modelo de racionalidade científica, constituiu-se contra as formas de conhecimento anteriores, instituindo uma espécie de totalitarismo epistêmico científico. Ao enfrentar o totalitarismo epistêmico teológico precedente, a ciência submeteu, também, os diversos saberes locais que não se pautavam pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas (Meneses, 2003).

A modernidade que se constituiu a partir do processo de racionalização e desencantamento do mundo é a expressão visível de um duplo processo histórico, que tem outra face oculta, a “colonialidade”. A história contada do ponto de vista do projeto moderno é a razão para essa invisibilidade. A colonialidade tem sido o espaço sem voz (sem ciência, sem pensamento) que foi necessário conquistar, superar, dominar, através do totalitarismo epistêmico teológico e totalitarismo epistêmico científico (Mignolo:2003).

Na transição da sociedade feudal-agrária-encantada para a sociedade capitalista-industrial-científica, todos os saberes/crenças passaram a ser avaliados a partir da perspectiva do cristianismo - civilizado/moderno (e a seguir da ciência), reinventando-se a idéia de tradição na perspectiva da modernidade. A “tradição” passou a ser a diferença colonial necessária para afirmar e defender a idéia de modernidade, como um poder e conhecimento que permitem classificar e dominar o “resto” da humanidade (não civilizada) – os povos naturais das Américas, da África, sua cultura, seus conhecimentos. A esse privilégio (invisível) pode-se denominar colonialidade do poder (Mignolo, 2003). A dicotomia que estabelece uma oposição constante entre as sociedades “tradicionais” (vistas como estáticas) e a “modernização” (fonte de progresso) construiu-se como uma categoria clássica de análise nas Ciências Sociais e articula-se, ao longo da história, a diferentes projetos geopolíticos de busca de hegemonia.

Atualmente há um forte debate, nas Ciências Sociais, sobre o desafio, que se vem colocando para os pesquisadores, da análise dos padrões mundiais e da dinâmica global (Therborn, 2006). O livro *Discursos Geopolíticos da Mídia*, de Margarethe Born Steinberger pode ser incluído como um bom exemplo de trabalho nesse campo. Steinberger aponta e caracteriza o papel estratégico que a mídia, como formadora da chamada “opinião pública internacional”, tem desempenhado nos últimos anos. O objetivo declarado é o de criar subsídios para que se possa

avaliar o papel geopolítico da opinião pública e, por extensão, dos meios jornalísticos que contribuem para sua formação.

O livro apresenta a tese de que há uma nova ordem mundial midiática. No mundo de hoje, segundo a autora, os meios de comunicação de massa e a indústria cultural têm o poder de configurar mentalidades e, conseqüentemente, construir o apoio social necessário para a consolidação do projeto de qualquer liderança internacional.

Essa nova ordem internacional dialoga historicamente com ordens hegemônicas anteriores (mitológica, religiosa, científica) e se instala “*na esteira do desenvolvimento tecnológico na área das comunicações desencadeado na ordenação hegemônica precedente, dominada pela ciência*” (Steinberger, 2005, p. 24). A autora parte do conceito de sistema de referência – como sistema de princípios socialmente interiorizados com base nos quais uma certa época seria dotada de uma unidade de modos de dizer, de fazer, de modelos de se relacionar, de interagir, de interpretar. Traz a idéia de guerras entre sistemas de referências que, no âmbito histórico, articulam o mundo vivido ao mundo relatado e administram seu eventual descolamento. Essas guerras se traduzem, no âmbito social, em guerras discursivas. São discursos econômicos, militares, diplomáticos, culturais, disputando, no imaginário jornalístico internacional, a instituição de um mundo geopolítico de acordo com suas representações.

Para Steinberger, a mundialização da cultura e as formas, cada vez mais eficazes, de imperialismo cultural são indicadores de que o sistema de referência em ascensão hoje é o *sistema pós-moderno-midiático* conformando o que se poderia denominar de episteme midiática. Tanto na dimensão dos discursos, quanto das ações, as práticas desse sistema tornam-se hegemônicas com relação àquelas dos sistemas medieval-religioso e moderno-científico. A consolidação dessa hegemonia, entretanto, depende do desenvolvimento tecnológico na área informacional (sistema moderno-científico). O sistema medieval-religioso mantém, da mesma forma, um papel de destaque na articulação midiática de uma guerra de fundamentalismos.

Uma das questões centrais da Geopolítica da Cultura proposta por Steinberger é a relação entre pensamento científico e ideologia geopolítica. A conceituação de imaginário social de Castoriadis (1975/2000) é a fonte teórica utilizada para avaliar os processos de construção da opinião pública internacional e a formação de imaginários geopolíticos nos discursos da mídia. Para a autora, “*na dimensão cognitiva da nova ordem, a mídia é o mapa que articula nossa compreensão do mundo sobrepondo-se às ordens militar, diplomática e acadêmica. Na dimensão cultural, a nova ordem é totalizante, pressupondo a possibilidade de abarcar toda a produção representacional da Humanidade*” (Steinberger, 2005:25).

Um importante ponto a acrescentar é que, segundo o texto, a mídia, como instituição capitalista, é, também, parte (diretamente) interessada na formação de um imaginário geopolítico



social. Processos econômicos e organizacionais de produção da notícia intervêm em sua veiculação, tanto na escolha das fontes, quanto na seleção das pautas e, até, no dimensionamento da importância do fato na hierarquia do noticiário (Wolf, 2001; Traquina, 2002).

O estatuto mercadológico da notícia e o impulso que as novas tecnologias trouxeram ao poder da informação conferem ao jornalismo a dimensão de ferramenta geopolítica. Segundo Steinberger, a tecnologização e a oligopolização que concentra o poder do noticiário na mão de poucas grandes corporações em todo planeta, desencadearam um processo fortemente homogeneizador do noticiário, o que leva a pensar sobre qual o nível de comprometimento dos sistemas de referência latino-americanos para avaliar e interpretar os fatos. A formação de um imaginário geopolítico social latino-americano surge como problemática, considerada a falta de acesso direto dos jornalistas aos acontecimentos e a utilização das agências internacionais de notícias como fontes principais. Essas condições conduzem a que, freqüentemente, os jornalistas brasileiros e latino-americanos sejam levados a repetir informações sobre nossos países, que são criadas e controladas por pontos de vista e interesses alheios ao nosso sub-continente (Steinberger, 2005).

Uma questão que o interessante texto de Steinberger suscita é se esses seriam indícios de migração para um totalitarismo epistêmico midiático. Pode-se, ainda, indagar: a realidade social do mundo contemporâneo é um sistema totalizante, cuja tendência é auto-expansão, o produtivismo, a mercadorização de tudo e a imposição do pensamento único, de uma única cultura (com a progressiva destruição das culturas locais pela penetração da mídia e da internet)? Qual o papel da opinião pública internacional nesse contexto? E da mídia na formação dessa opinião pública?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975/2000

MENESES, M.P. Agentes do conhecimento? A consultoria e a produção do conhecimento em Moçambique. In: SANTOS, B. *Conhecimento prudente para uma vida decente*. Porto, Ed. Afrontamento, 2003.

MIGNOLO, W. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, B. *Conhecimento prudente para uma vida decente*. Porto, Ed. Afrontamento, 2003.

STEINBERGER, M. *Discursos Geopolíticos da Mídia – jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo, Cortez editora, 2005.

THERBORN, G. O desafio mundial às Ciências Sociais. Abordagens para análise global In: BARREIRA, C et al.(orgs) *Sociologia e conhecimento – além das fronteiras*. Porto Alegre, Tomo editorial, 2006.

TRAQUINA, N. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, Unisinos, 2002

WOLF, M. *Teorias da comunicação*. Lisboa, Presença, 2001.

\*\*\*\*\*

## A SÓCIO-COSMOLOGIA DOS YUDJÁ

Resenha do livro de LIMA, Tânia Stolze Lima. *Um peixe olhou para mim. O povo Yudjá e a perspectiva*. São Paulo, Editora Unesp/NUTI/ISA, 2006, 400 p.

Marco Antonio Gonçalves<sup>17</sup>

“Um peixe olhou para mim” é um livro que nasce como um clássico da Antropologia por aliar de modo inovador etnografia e teoria à boa escritura que revela, a cada capítulo, a sócio-cosmologia dos Yudjá, povo tupi que habita o rio Xingu. Ao assumir a perspectiva Yudjá como inspiração de sua escritura, o livro desenrola-se em múltiplos centros encarnando, assim, exemplarmente, um modo de se pensar teoria e etnografia na Antropologia. A imbricação entre teoria e etnografia é provocada por um processo de ‘ameriandização’, isto é, de voltar os temas da etnologia para as questões nativas. Assim, o livro de Tânia Stolze Lima assume este desafio da ‘ameriandização’ através da experimentação com o tema da perspectiva. Teoria e etnografia aqui não têm o sentido de uma complementação uma vez que etnografia precipita uma teoria sobre a percepção sócio-cosmológica Yudjá por meio do diálogo entre as chamadas categorias nativas e as percepções de Roy Wagner sobre a importância da dimensão da fractalidade dos sistemas, os ensinamentos de Marilyn Strathern sobre o agenciamento hierárquico das partes e dos todos, a fecunda problemática do perspectivismo ameríndio formulada por Eduardo Viveiros de Castro e a proposição clássica levi-straussiana sobre o perpétuo desequilíbrio do dualismo.

A incidência etnográfica de uma ‘noção de ponto de vista’ parece ser crucial para a compreensão da sociedade Yudjá. A partir da noção de ponto de vista surge a ‘pessoa fractal’ (conceito tomado emprestado de Roy Wagner) ajudando a definir “o que é que não é nem indivíduo nem grupo, nem parte nem soma, nem singular nem plural? Como obter um ponto de vista sensível ao que é refratário à descontinuidade entre partes e todos, interior e exterior,

---

<sup>17</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. (PPGSA-IFCS-UFRJ)

continente e conteúdo?” (121). Esta ‘noção de ponto de vista’ Yudjá ao mesmo tempo que aponta para uma inconcebível condição da humanidade referida à possibilidade de existência de um ‘espectador absoluto’, funda uma reflexão, muito rentável para se pensar sociedades com pouca institucionalização social como as amazônicas, sobre uma constante inconsistência de reciprocidade que acentua a parte em relação ao todo, isto é, uma percepção que coloca em cheque a proposição do tipo ‘se Paulo é amigo de Pedro pode-se supor que Pedro é amigo de Paulo’. Na lógica Yudjá esta proposição não é necessariamente verdadeira (88), pois uma ‘amizade assimétrica’, como ressalta a autora, é fundamental para a compreensão da complexidade do pensamento Yudjá uma vez que ‘assimetria’ coloca em relação termos que não são equivalentes, exprimindo e criando, assim, “um diferencial entre os termos que ela une” e ao introduzir “uma distância entre eles (...) opera sua ligação”(89). Esta formulação lógica sobre uma concepção de assimetria desemboca numa ‘distribuição diferencial da posição de Sujeito’ (90) que é, por assim dizer, o ponto nevrálgico para a compreensão da cosmologia Yudjá. Assim, de uma perspectiva, os Yudjá surgem como contendo um centro único dobrado sobre si mesmo (o capitão e seus amigos), e de outra, os Yudjá aparecem como um povo desdobrado em múltiplos centros, tantos quantos forem “os maridos das mulheres com suas crianças”(113). Perspectivas ou pontos de vista que tensionam as percepções do que seria igualdade e hierarquia nas sociedades amazônicas, sociedades estas que, segundo a tese da autora, resultam, necessariamente, de uma distribuição diferencial do Sujeito evocando, por sua vez, distintas percepções e dessemelhantes reciprocidades em um mundo ditado pela variedade e dessemelhança.

Perseguindo as relações que o cauim engendra, a autora apresenta os diversos aspectos da vida social Yudjá fazendo, propriamente, “uma análise de um sistema sócio cosmológico e um mapa da condição humana” (17). Do mesmo modo que Montaigne declara em seu ensaio sobre a embriaguez que “o mundo é só variedade e dessemelhança”, o trabalho de Tânia Stolze Lima faz a socialidade Yudjá surgir como variedade e dessemelhança, isto é, não parte de pressupostos que supõe uma unidade a partir de categorias de finalidade cultural, causalidade sociológica ou totalidade hierárquica. O livro é, sobretudo, um passeio por uma variedade de temas evocados pelas falas de *Senã’a*, o xamã magnífico que soprou a humanidade, os Yudjá. *Senã’a* condensa em si mesmo toda a questão do perspectivismo, isto é, as possibilidades das variedades e dessemelhanças no mundo: *Senã’a* “é uma pessoa humana (*dubia*) para os demais humanos (*dubia*) e para si mesmo. Seus pais são jaguares para os humanos, mas humanos para si mesmos; *Senã’a* os tem como jaguares, exceto que entende sua linguagem e os trata como seus pais”(28). E mais: as palavras de *Senã’a* tem poder, não são apenas narrativas míticas que ilustram a constituição de uma cosmologia. Engendram uma subjetividade tornando, assim, os efeitos dos

mitos e da fala em potência(69). Aliás, o momento mesmo da cauinagem é, nesta acepção, pura potência. Noção esta que parece ser crucial para a compreensão de uma cosmologia que não pressupõe um ‘espectador absoluto’ mas sim uma relação entre estados de subjetividade e as propriedades do cosmos (como reconheceu Lévi-Strauss) (214). O cauim produz, assim, uma transformação nas pessoas, de caladas passam a ser passionais, ruidosas. A cauinagem narra de modo extraordinário o significado profundo do beber e do ficar bêbado apontando, assim, para as contradições inerentes às distintas posições de Sujeito assumidas nesta situação: do amor ao ódio, da alegria à briga. Neste sentido, “as diferentes modalidades de embriaguez (...) definem o problema da comunicação entre categorias sócio cosmológicas como um devir-outro”(254). Um plano transformacional que evoca esta pluralidade de relações enfeixadas em pontos de vista, em variedades e dessemelhanças. Não é à toa que a chave conceitual encontrada pela autora para penetrar neste universo sócio-cosmológico se ancora na significação da palavra *dubia* que evoca uma complexidade de significados, como gente, caium, e que pode evocar dom (presente-cauim-veneno-gente) e antropofagia (281).

\*\*\*\*\*

## SOCIOLOGIA FIGURACIONAL

Resenha do livro de ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. 2ª ed., Lisboa:Edições 70, 2005, 202 p.

Marcos José Diniz Silva<sup>18</sup>

A extraordinária receptividade das obras de Norbert Elias, no Brasil, há aproximadamente duas décadas, teve como carro-chefe, indiscutivelmente, sua obra seminal, *O Processo Civilizador*, em dois volumes. Interessado em explicar o processo de desenvolvimento dos comportamentos típicos do homem civilizado ocidental, Elias desenvolve a uma “teoria de civilização” assentada nas relações entre as mudanças nas estruturas das sociedades e as mudanças na estrutura do comportamento e constituição psíquica das populações. Portanto, desenvolve empiricamente a integração entre uma *psicogênese* e uma *sociogênese* (de nossa “civilização”). Com isso, foi possível explicar como se desenvolveram os controles (externos e

---

<sup>18</sup> Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará/ bolsista FUNCAP.

internos) das pulsões comportamentais, geradores de um *habitus* civilizado, concomitante ao desenvolvimento das estruturas de dominação política do moderno Estado burocrático.

Embora possamos destacar sua rica contribuição à teoria social, em diversas outras obras, considerarei nesta resenha, especificamente, as lições de Elias, numa obra recém reeditada<sup>19</sup> em língua portuguesa, ainda grandemente desconhecida.

Inicialmente publicada em alemão e inglês (1970), *Introdução à Sociologia* não obteve a atenção dos estudiosos dos fenômenos sociais, como bem merecia. Este trabalho sistematiza suas concepções de sociologia e, especialmente, seu entendimento do que é verdadeiramente o objeto de estudo do sociólogo. Dentre outras definições não menos afirmativas de suas profundas convicções, que fazem eco dos pressupostos simmelianos da socialização, Elias afirma: “o tema central da sociologia é a ‘sociedade’, e as sociedades, no fim de contas não são mais do que unidades compósitas em que os seres humanos individuais são as partes componentes”. (p.77).

Mais adiante, já demarcando o elemento central de sua perspectiva de análise, ou seja, os móveis e condições de interdependência entre os indivíduos, como formuladores do chamamos “sociedade”, Elias complementa: “Torna-se necessário não só explorar uma unidade compósita em termos de suas partes componentes, como também explorar o modo como esses componentes individuais se ligam uns aos outros de modo a formarem uma unidade”. (p.78).

Essa perspectiva de análise dos fenômenos sociais a partir das relações de interdependência e das configurações resultantes dessas relações constitui o cerne das preocupações de Norbert Elias – aspecto menos destacado entre os diversos estudos de suas obras -, tais como apresentadas ao longo de *Introdução à Sociologia*.

Suas considerações de ordem epistemológica e metodológica, constantes de forma amadurecida nesta obra, encontram-se, sobretudo, a questão das configurações sociais, também desenvolvidas em outra importante obra sua. Trata-se de, *A Sociedade de Corte*, de origem mais antiga – tese produzida no início da década de 1930, não defendida em virtude de seu exílio -, porém de divulgação não menos recente, em se tratando de produção eliasiana, datando de 1969 sua primeira edição.

Nesse trabalho original, Elias demonstra como a estruturação e o funcionamento de uma configuração social específica do tipo sociedade cortesã pode servir de modelo explicativo das relações de interdependência e reciprocidade intra e entre determinados grupos sociais. Destaca, na definição do valor das ações sociais de indivíduos como o monarca ou os nobres, o caráter de interdependência e o equilíbrio de poder, que podem explicar a reprodução da ordem estamental e

---

<sup>19</sup> *Introdução à Sociologia* teve sua primeira edição portuguesa, pela mesma editora, em 1986.

seus valores específicos de prestígio e distinção, dos quais não compartilham os membros da plebe, embora constituam a necessária contraface que dá sentido à etiqueta cortesã.

Contudo, em *Introdução à Sociologia*, trabalho contemporâneo àquele, o autor desenvolve os conceitos já referidos, num corpus de reflexão teórica mais ampla e cara à teoria social. Em seis capítulos, desenvolve uma argumentação que vai além de um mero manual sistêmico de sociologia.

Na Introdução, Elias retoma o debate sobre a relação indivíduo/sociedade, denunciando a reificação do conceito de sociedade e o caráter metafísico das estruturas sociais. Propõe a substituição do padrão egocêntrico de visão social, pela alternativa do modelo multivalencial, superando as barreiras reificantes dos conceitos. Assim, os indivíduos, passando à condição de potências sempre abertas às relações de interdependência, configuram uma perspectiva sociológica mais humanizadora em termos de estruturas sociais.

Propõe, corajosamente, no capítulo primeiro: “A sociologia – questões postas por Comte”, reflexões novas e denuncia preconceitos à obra do pai do positivismo. Reabilitando aspectos acadêmicos e epistemológicos da obra de Augusto Comte, o autor pondera:

A marca da herança de Comte (que é como um fantasma presente nos livros de estudo) apresenta-se como uma peça poeirenta de museu. (...) E, no entanto, se limparmos as suas idéias do pó das manias, das excentricidades e perturbações, encontramos na obra de Comte conceitos que são virtualmente novos, idéias que foram parcialmente esquecidas e que são a seu modo, tão importantes para o desenvolvimento da sociologia como as de Marx – que sairia do túmulo se soubesse que ele e Comte poderiam vir a ser relacionados num mesmo momento”. (p.35).

Dentre as “questões postas por Comte”, Elias que não se prende a desenvolver explicações básicas sobre a “lei dos três estados”; vai em busca da teoria do conhecimento comtiana, sobremodo, quando assinala:

Mostrou [Comte] que a gênese do conhecimento científico só se pode conceber assentando nos alicerces daquilo a que chamou conhecimento teológico e ao qual nós talvez chamemos simplesmente conhecimento religioso. A explicação comtiana deste fato mostra como ele era pouco “positivista”. As pessoas, explicava Comte, deverão fazer observações para construir as suas teoria. Mas também terão que possuir teorias que lhes permitam fazer observações. (p.43).

No segundo capítulo: “O sociólogo com destruidor de mitos”, Elias questiona os intelectuais que convertem “teorias científicas em sistemas de crenças” (p.56). Chama atenção para a “estrutura social da actividade científica”, que não deve ser ignorada por quem pretende entender os critérios de valor científico de suas descobertas. Parece antecipar-se a Pierre Bourdieu, quando se refere ao “campo científico”:

O progresso em cada campo científico está em parte dependente dos padrões e costumes científicos dos que trabalham nesse campo. E o seu carácter competitivo, seja ale brando ou aceso, o seu terreno de luta e desacordo, determinam em última instância se e até que ponto os resultados obtidos por um determinado cientista podem ou não ser registrados como um progresso, como um avanço no conhecimento científico. (p. 65).

O terceiro capítulo, dedicado aos “Modelos de jogo”, traz importantes reflexões para treino da “imaginação sociológica”, sobre o que o autor denomina “modelos de competição” em que se apresentam duas possibilidades de interação e interdependência, a competição primária em dois grupos, e os modelos de jogo (realizada, mais ou menos sob regras, como xadrez, futebol, tênis, etc.). O fato comum aos dois modelos é que neles as pessoas estão sempre medindo forças, embora, muitas vezes inconscientemente. Daí resulta um “equilíbrio de poder”, que poderá ser estável ou instável, de acordo com circunstâncias pessoais ou sociais.

Também aqui, quando repensa o conceito poder, Elias mostra sua herança weberiana e simmeliana. Primeiramente exorciza os caracteres mágico-míticos com se revestiu a palavra poder, demonstrando-o como “uma característica estrutural das relações humanas – de *todas* as relações humanas”. (p. 81, grifo do autor). Depois, demonstra que o equilíbrio de poder não se encontra apenas na arena das relações entre estados, mas também como ocorrência cotidiana nas relações humanas (“onde quer que haja uma interdependência funcional entre pessoas”), seja no modelo bipolar, seja, mais usualmente, no multipolar. À semelhança de Simmel, destaca o valor dos números nas composições dos grupos em jogo e suas respectivas interações, demonstrando a matemática das relações singulares possíveis de serem estabelecidas.

Enfim, toda essa operação algébrica se resume numa preocupação: que a sociologia resolva um de seus problemas centrais: “fixar e tornar estas teias mais transparentes e, por conseguinte, impedir que arrastem consigo os seus membros, de um modo cego e arbitrário”. (p. 112).

Elias estende o olhar também, no quarto capítulo, para a questão da mutabilidade humana. Destaca a tradicional relação ambígua entre a sociologia e a biologia, defendendo a autonomia da sociologia nessa relação, pelo “fato de as pessoas serem realmente organismos, mas organismos que têm um carácter singular em certos aspectos”. (p.116). Nossa singularidade é que, diz Elias, somos mutáveis *por natureza*.

Ainda neste capítulo, o autor trata de um dos aspectos centrais de sua concepção sociológica, que é o conceito de configuração, que Elias vê como “instrumento conceptual” que tem por objetivo “afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o *indivíduo* e a *sociedade* fossem antagônicos e diferentes”. (p.141). Sempre recorrendo à metáfora

do jogo ou da dança, define configuração como o padrão mutável pelo conjunto dos jogadores ou dançarinos, permitindo-se perceber que o “jogo” não é mais abstrato que os “jogadores”.

No quinto capítulo trabalha o problema das ligações sociais. Propõe, dentre outras coisas, o conceito de “valências emocionais” abertas, como forma de superação do *homo clausus*, por sugerir a imagem do indivíduo aberto. Exemplificando com a questão da morte de uma pessoa querida (relação emocional), Elias demonstra como essa perda, afetando a imagem “eu e nós” no sobrevivente, produz alterações na configuração particular de todas as valências do sobrevivente, comprometendo toda sua teia de relações pessoais. Conclui afirmando a importância da percepção das valências emocionais para além das relações face a face:

As valências emocionais que unem as pessoas, quer directamente por meio de relações face a face, quer indirectamente pela sua ligação a símbolos comuns, constituem um nível à parte de ligações. Fundidas com outro tipo de ligação mais impessoal, sublinham a consciência alargada do “eu e nós”, que até aqui sempre pareceu indispensável na ligação não só de pequenas tribos, mas de grandes unidades sociais como estados e nações, abrangendo muitos milhões de pessoas. (p.151).

O sexto e último capítulo, Elias dedica à questão da “inevitabilidade” (sic) da evolução social. Aqui, o autor mostra-se mais uma vez coerente com sua perspectiva sociológica orientada por modelos evolutivos, razão porque propôs um repensar da obra de Comte. Entretanto, sua ideia de evolução social não se prende às concepções teleológicas ou historicistas. Centra sua atenção nos processos de mudança – “potencial de poder” – das configurações em função das condições da configuração anterior.

Questionando a capacidade explicativa dos modelos de causalidade sobre as mudanças dos diversos níveis de configuração social, Elias chama a atenção para a flexibilidade das configurações no interior do fluxo configuracional (uma duração), que permitem a sobrevivência de certas continuidades de fases anteriores daquela configuração. Ou seja, especialmente quando se trata de cultura, tradição e civilização, pensados num “sentido estático”; seus resultados podem ser enganadores se vistos em seqüências configuracionais de longo prazo.

Num segundo momento, realça o aspecto conflituoso inerente à evolução social, de modo que, uma análise sociológica estará mais próxima da realidade se reconhecer nos processos de diferenciação e integração como o verdadeiro centro da evolução social.

Num contexto histórico e acadêmico em que, pelo menos no Brasil, não se aventava a possibilidade de pensar o conflito como forma de socialização, em seu aspecto positivo. Elias, tal qual Simmel (hoje reconhecido como precursor dessa perspectiva do conflito como forma de interação), questiona o tratamento sociológico tradicional dado à questão do conflito. Pensando o



conflito (violência, tensões, equilíbrio de poder) como elemento estruturante das interações humanas e da evolução social, Elias pontua:

Dá-se muitas vezes a impressão de que os cientistas sociais imaginam semiconscientemente que, sem qualquer intenção, poderão produzir tais tensões e conflitos caso os incluam em seus modelos de sociedade. (...) *Mas nunca as tensões e conflitos desaparecerão da sociedade pelo fato de terem sido omitidos nas teorias.* (p.189, grifo do autor).

Enfim, reconhecendo que o estudo da ascensão e queda de grupos nas configurações e as tensões e conflitos estruturais concomitantes são centrais em todos os processos de evolução social; coloca um problema ao sociólogo, que é também a questão das mais prementes em nossos dias:

Se e até que ponto as tensões e os conflitos não controlados, entre diferentes grupos de pessoas, podem ser sujeitos a um controle e a uma orientação conscientes por parte daqueles que estão envolvidos, ou se tais tensões e conflitos apenas podem ser resolvidos pela violência, quer como revoluções dentro dos estados, quer como guerra entre eles. (p.191).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes.* Rio de Janeiro:Jorge Zahar Editor, 1990.

\_\_\_\_\_. *O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização.* Rio de Janeiro:Jorge Zahar Editor, 1993.

\_\_\_\_\_. *A Sociedade de Corte.* Rio de Janeiro:Jorge Zahar Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Sociologia.* 2 ed., Lisboa:Edições 70, 2005

WAIZBORT, Leopoldo. Elias e Simmel In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Dossiê Norbert Elias.* São Paulo:Edusp, 2001.

\*\*\*\*\*

## VIDA E MORTE NO TRABALHO

Resenha<sup>20</sup> do livro de Tom Dwyer. *Vida e morte no trabalho: acidentes de trabalho e a produção social do erro*<sup>21</sup>. SP, Editora da Unicamp/RJ, Multiação Editorial, 2006, 408 p.

Nicolas Dodier<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> Tradutora da resenha: Wanda Caldeira Brant.

<sup>21</sup> Originalmente, esta resenha foi escrita com base na primeira edição da obra, intitulada *Life and death at work. Industrial accidents as a case of socially produced error* e publicada na *Revue française de sociologie*. Editions du CNRS. As citações de títulos e subtítulos de capítulos, de textos da obra, e indicações de páginas feitas na resenha original foram substituídas, aqui, por suas correspondentes no livro publicado em português. (N.T.)

Até agora, muitas vezes se fizeram ouvir para explicar a origem dos acidentes de trabalho: engenheiros, ergonomistas, sindicalistas, psicólogos, médicos, entre outros, deram sua versão do fenômeno. Com o livro de Tom Dwyer, um novo sério candidato entra em cena: o sociólogo. Efetivamente, essa é a ambição de *Vida e morte no trabalho*: fornecer um quadro teórico para explicar, por fatores sociológicos, os índices de acidentes e ter a audácia de testar, apoiado em dados estatísticos, a validade das hipóteses. Além disso, e esse é um aspecto importante do livro, Dwyer explica por que uma abordagem sociológica permite atenuar a crise atual das instituições de prevenção e de indenização dos acidentes. Embora a tese não seja isenta de fragilidades, ela obriga o autor a relatar a história dessas instituições, o que faz da obra, assim como o trabalho de Ewald, uma das bases de informações mais sérias de que podemos dispor atualmente concernente à história do gerenciamento dos riscos no trabalho.

O primeiro capítulo narra a história dos dispositivos de prevenção e de indenização nas minas de carvão da Inglaterra no século XIX: o surgimento de uma regulamentação relativa à segurança e de um conflito entre empregadores e sindicatos pelo controle das seguradoras. A originalidade do capítulo não se deve tanto à análise das instituições propriamente ditas, mas à preocupação de Dwyer em avaliar, graças a documentos detalhados, seus efeitos nos locais de trabalho, até mesmo nas escavações das minas. Antes da institucionalização das questões relacionadas à segurança, os mineiros se referiam a um “senso de mineração subterrânea”, a um “sexto sentido”, a um “senso de verdade” para defenderem diante dos patrões e dos chefes a percepção que tinham do perigo; com a disseminação de regras codificadas e de objetos técnicos aos quais se delega a avaliação dos riscos, todas as relações entre os mineiros e seus superiores foram modificadas, o que simplesmente fortaleceu o movimento sindical que passou a reivindicar mais dispositivos jurídicos e técnicos de proteção. A introdução da lâmpada de Davy nas galerias das minas, esse objeto a que, de repente, em vez dos mineiros, é atribuída a percepção do gás metano, nesse aspecto é exemplar e muito bem descrita.

A tese geral de Dwyer é que a expansão das instituições especializadas em segurança conseguiu instaurar um longo período de “paz social”, desde o século XIX até a década de 1960. Dois dispositivos garantem essa relativa harmonia: a proliferação de normas técnicas que concentram as disputas e os acordos entre os atores; e o aparecimento de procedimentos de gerenciamento dos riscos por parte de instituições de indenização, cuja capacidade de resolver o lancinante problema referente à responsabilidade pelos acidentes de trabalho, no século XIX, Ewald já havia observado. Esses dois pilares se desenvolvem conjuntamente durante toda a

---

<sup>22</sup> Sociólogo, pesquisador do CERMES, Centro de investigação medicina, ciências, saúde e sociedade (CNRS-INSERM-EHESS), Paris

primeira parte do século XX, através de instrumentos cujas etapas importantes em diferentes países Dwyer recapitula com clareza: surgimento de engenheiros de segurança marcados pelo taylorismo, desenvolvimento de uma teoria “sistêmica” da segurança (árvore de falhas, cálculos de probabilidades ...), apelo à medicina e à psicologia do trabalho, difusão de análises de custos-benefícios etc. Qual é a ruptura que se dá nos anos 60? Dwyer vê seus sinais nas greves selvagens contra as condições de trabalho, no rompimento entre os trabalhadores e sindicatos burocratizados por questões relacionadas a problemas de segurança, nas contestações internas em instituições de prevenção (por exemplo, na França, a adesão de inspetores do trabalho a sindicatos operários) e no aparecimento de juízes “vermelhos”; nos Estados Unidos, no desenvolvimento de comitês de militantes, os Committees for Occupational Safety and Health [Comitês de Segurança e Saúde do Trabalho] e na estagnação dos índices de acidentes. Por outro lado, os efeitos dos acidentes de trabalho, particularmente na indústria química e nuclear, vão além dos limites das empresas e cada vez mais atingem as populações civis. Um novo ator, “o público”, aparece nos debates. Retomando as teses de Touraine, Dwyer faz desse novo ator o motor dos movimentos antitecnocráticos que, segundo ele, desestabilizam as instituições de segurança. Os elementos fornecidos para o diagnóstico são um pouco dispersos para falar de uma “ruptura”, da mesma maneira que, sem dúvida, ele foi exagerado ao falar de “paz social” no período anterior. A bem da verdade, pouco importa a exatidão dessa periodização; o essencial nesse balanço é que ele permite a Dwyer expressar com precisão em que conjunto de debates se encontra seu projeto de explicação “sociológica” dos acidentes.

A principal hipótese de Dwyer é que a luta contra os acidentes de trabalho poderia ser sensivelmente melhorada se a abordagem “técnica”, típica da “paz social” que durou até os anos 60, fosse abandonada e se considerassem as “relações sociais” nas empresas, ou seja “a maneira como são administradas as relações dos trabalhadores com seu trabalho” (p. 139). É preciso, então, reunir as ferramentas da sociologia do trabalho para explicar a produção dos acidentes. É preciso estudar, particularmente, a maneira como os supervisores gerenciam a relação dos trabalhadores com os riscos, através de três níveis principais: o estado do conhecimento dos trabalhadores relativo aos objetivos de seu trabalho (nível organizacional), o uso das sanções e das formas de autoridade (nível de comando), o uso de recompensas (nível de recompensa). Em apoio à sua hipótese, Dwyer realiza uma revisão completa da literatura, o que nos oferece um panorama precioso, ainda que um pouco heterogêneo, dos trabalhos recentes relativos à relação dos assalariados com os riscos. Ele utiliza também observações etnográficas detalhadas, realizadas em canteiros de obras na Nova Zelândia e na França. Acaba formulando quatro hipóteses para testar: “Relações sociais de trabalho produzem acidentes de trabalho”, “Quanto maior o peso de um nível de relações sociais na gestão das relações dos trabalhadores com os

perigos de suas tarefas, maior a proporção de acidentes produzidos nesse nível”, “Quanto maior o grau de autocontrole pelos trabalhadores em um nível, menor a proporção de acidentes produzidos no nível que a ação do trabalhador procura controlar”, “Quanto maior o grau de gestão da segurança pela administração em um nível, menor a proporção de acidentes produzidos no nível que essa ação procura controlar” (p. 215).

Dwyer põe mãos à obra e realiza o teste em dois tempos. Para isolar corretamente os fatores sociológicos, escolhe empresas que trabalham por turnos, durante o dia e à noite, com a mesma tecnologia, o que permite comparar formas diferentes de relações sociais. Sete empresas da Nova Zelândia foram assim escolhidas. Pacientemente, Dwyer desenvolve os sete estudos, compara os índices de acidentes noturnos e diurnos e interpreta as variações retomando sistematicamente seus três níveis de análise (organizacional, de comando, de recompensa). A trajetória é certamente um pouco pesada, mas progride com seriedade. Depois o autor traduz, graças a um sistema de cálculos, as características principais de cada empresa e pode, assim, executar um belo trabalho de correlações estatísticas entre variáveis descontínuas. O conjunto é convincente e, aliás, outras pesquisas análogas começaram a refazer o teste em outras empresas. Para dizer a verdade, é muito raro encontrar pesquisas sociológicas feitas por quem domina assim do começo ao fim a elaboração e o teste dos dados estatísticos, que entra em campo para coletar os dados pertinentes ao mesmo tempo que responde ao desafio da comprovação estatística de suas hipóteses. Desse ponto de vista, o capítulo 5, “Testando a teoria sociológica”, é uma espécie de modelo de epidemiologia sociológica.

A epistemologia do conjunto, que Dwyer explica claramente no capítulo 4 (“Métodos e concepção da pesquisa”), é uma montagem astuciosa dos preceitos de Durkheim e de Schutz. De Durkheim, Dwyer toma emprestado o projeto de isolar um nível sociológico de explicação dos fenômenos graças a correlações estatísticas. A ambição é clara: explicar o social (os índices de acidentes) por meio do social (as relações sociais) sem considerar deliberadamente as mediações técnicas ou individuais, vistas como secundárias. O autor abandona, então, na empresa, na medida do possível, a tecnologia e seus objetos pesados, para considerar apenas os grupos entre si (em linhas gerais, os gerentes diante dos assalariados, ligados entre si por estímulos financeiros, formas de comando e políticas de organização). É assim que, em meio aos engenheiros, ergonomistas, médicos e psicólogos, o sociólogo quer fazer ouvir sua voz, reivindicando um nível autônomo de explicação científica.

De Schutz, Dwyer retoma o princípio da “adequação de sentido”. Os textos sociológicos e as estatísticas fornecem uma “adequação causal” mas, para que uma explicação seja realmente válida, é preciso, segundo Dwyer, que ela seja aceita pelos próprios assalariados, isto é, que ela seja significativamente adequada. É preciso que as hipóteses sejam congruentes com o sentido

que os próprios assalariados atribuem à sua conduta. Para chegar a esse resultado, é preciso, durante a pesquisa na empresa, descer do pedestal de homem da ciência durkheimiano, para os debates com os trabalhadores e reconhecer a capacidade que eles têm de modificar as hipóteses da pesquisa. Nessa interação, as duas partes – o sociólogo e aqueles que ele estuda – devem chegar a um acordo para esclarecimento mútuo. E é aqui que reaparece o tempo histórico. Efetivamente, como Dwyer se situa na “ruptura” que, segundo ele, sacudiu as instituições especializadas em prevenção por meio de um movimento antitecnocrático? Fazendo dessa epistemologia de Schutz a ferramenta de uma democratização das instituições e de uma ampliação da participação dos assalariados nas decisões que lhes dizem respeito. Se Dwyer fosse simplesmente durkheimiano, ele seria um novo especialista entre outros, um sociólogo especialista. Sendo schutziano, ele vai mais longe, procura levar em consideração as demandas dos trabalhadores e integrar à sua conduta os pontos de vista deles sobre a segurança. Assim, junta-se a todos aqueles psicopatologistas (Christophe Dejours, por exemplo), ergonomistas (Antoine Laville) que elaboram também, na área do estudo das empresas, montagens complexas entre a perícia e a consideração das reivindicações. A originalidade de Dwyer é fazer isso com uma consciência epistemológica e histórica particularmente formulada.

\*\*\*\*\*

## **MATERIALISMO E NATUREZA NA ECOLOGIA DE MARX**

Resenha do livro de FOSTER, John Bellamy. *A Ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Tradução: Maria Tereza Machado. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2005, 418p.

Raul Patrício Gastelo Acuna<sup>23</sup>

Em poucas oportunidades, na história das Nações Unidas, algum Relatório emitido por essa organização tinha sido aguardado com tanta curiosidade e ansiedade. O Relatório enumera um conjunto de efeitos sobre o *habitat* humano pelo aquecimento do planeta. As mudanças climáticas, pelo efeito estufa, destruíram espécies vegetais e animais, a aridez tomou conta de vastas regiões do planeta, houve queda de produção agrícola em algumas regiões de África, aumentado a fome da sua população. Em algumas regiões do planeta aumentaram os ciclones, as

---

<sup>23</sup> Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

chuvas e a temperatura média anual. Em outras regiões choveu menos e caiu menos neve, transformando regiões agricolamente férteis em desertos.

O Relatório da Organização das Nações Unidas elaborado por cientistas internacionais de alto nível, enumera um conjunto de mudanças que afetará mais ou menos radicalmente toda a natureza e as leis internas que atualmente a governam. É uma valiosa e corajosa análise da destruição em curso do planeta que peca por duas omissões: não coloca que grande vilão é o sistema de organização econômica, social e política que vigora na maior parte do planeta. O capitalismo e sua classe hegemônica, a burguesia imperial, que na procura incessante de lucro não hesitando em destruir o patrimônio da humanidade, a natureza, propriedade coletiva das gerações atuais e futuras.

A maior potência capitalista do mundo, os Estados Unidos da América e a maior potencia capitalista emergente, a República Popular China vetaram vários capítulos do Relatório, especialmente o referente ao consumo de combustíveis fósseis que é, conforme a análise dos autores do Relatório, o responsável fundamental pelo aquecimento do planeta.

A ecologia é, sem dúvida, um dos mais relevantes problemas da civilização capitalista. A questão ecológica, ou seja, a visão materialista da natureza que enfatiza uma totalidade indissociável entre os seres humanos e a natureza não é uma questão contemporânea. É o que mostra Bellamy Foster utilizando uma rica e vasta literatura presente desde os grandes materialistas do século XIX.

No século XIX, como coloca o autor, os problemas ecológicos constituíam preocupação de ilustres pensadores, tais como Marx, Engels, Liebig, Darwin e outros. A separação campo-cidade, a exaustão do solo, as diminuições crescentes de produtividade e o desperdício levaram as grandes potências como Inglaterra a importar crescentes quantidades de guano de Peru, enquanto o rio Tamisa, no centro de Londres, cheirava mal pelos dejetos que lançava à população urbana. Evidentemente o problema estava limitado à agricultura, à derrubada das florestas e à utilização depredadora da madeira. Não existia na escala atual, já que as fontes de energia não eram generalizadamente fósseis, as grandes hidroelétricas. Não existia, o lixo atômico da energia nuclear e o desenvolvimento capitalista não atingia as magnitudes atuais. As reservas de adubo orgânico, tais como o guano, proveniente da acumulação de fosfato de cálcio resultante de excremento de aves marinhas era tão importante que levou os Estados Unidos a ocuparem todas as ilhas marítimas do planeta para garantir o suprimento desse fertilizante natural.

John Foster Bellamy é Professor de Sociologia da Universidade de Oregon, co-editor do periódico *Organization & Environment* e autor, entre outros livros, de *The Vulnerable Planet: a*

*short economic history of the environment* publicada em 1994 em que analisa historicamente a degradação progressiva do meio ambiente.

O autor afirma, nas primeiras linhas da Introdução, que apesar de Marx ser considerado frequentemente como pensador antiecológico por críticos não estavam familiarizados com os seus escritos, “de que a visão do mundo de Marx era profundamente – e na verdade sistematicamente – ecológica (em todos os sentidos positivos que se usa o termo hoje)” Essa perspectiva era derivada de seu materialismo. (p. 9)

O autor refaz, por meio de um exaustivo caminho teórico, o percurso da ecologia materialista de Marx, a partir da influencia filosófica dos materialistas da Antigüidade, especificamente Epicuro, passando por Kant, o idealismo de Hegel, o materialismo contemplativo de Feuerbach, da influencia do outro grande materialista que é Charles Darwin e do químico Justus von Liebig, entre outros.

**A ecologia de Marx: materialismo e natureza** baseia-se, segundo o autor, numa premissa muito simples: “a fim de entender as origens da ecologia, é necessário compreender as novas visões da natureza que surgiram do século XVII ao século XIX com o desenvolvimento do materialismo e da ciência (...) a ênfase aqui está em como o desenvolvimento tanto do materialismo quanto da ciência promoveu – a rigor possibilitou – modos ecológicos de pensar”. (p.13)

Os eixos ecológico e materialista estão pressupostos ao longo do livro. Desde o início, Bellamy Foster separa como recurso expositivo, materialismo e ecologia, mesmo que durante todo o decorrer do texto vá estabelecendo a conexão e o entrelaçamento entre os planos mencionados.

Na análise centrada nas origens da ecologia o autor se debruça na contribuição dos dois materialistas mais importantes do século XIX, Charles Darwin e Karl Marx. A reflexão cobre a vida e obra de Marx e Darwin, encerrando-se com a morte deles, em 1882 e 1883. Assim o conceito pleno e atual da dialética da natureza foge dos objetivos do livro, mesmo que no epílogo exponha a visão ecológica de grandes pensadores e revolucionários marxistas como Karl Kautsky, Lenin, Rosa Luxemburgo e Buckarin..

Para Foster está claro que sua abordagem por

ênfatizar os elementos ecológicos do pensamento da Marx, há de ser criticada por reinserir a historicamente na obra dele uma mera leitura das visões ecológicas da época Mas esta crítica seria um tiro na água, visto que a intenção aqui não é emprestar a Marx um colorido “verde” para torná-lo “ecologicamente correto”(...) o objetivo é transcender o

idealismo, o espiritualismo e o dualismo de boa parte do pensamento verde da época recuperando a crítica mais aprofundada da alienação da humanidade em relação à natureza que foi central à obra de Marx (e, como se alegará de Darwin). (p. 36).

No primeiro Capítulo, o autor se debruça sobre uma questão instigante: Como Marx tornou-se materialista? Encontra a resposta na tese de doutorado de Marx sobre Epicuro. Este importante pensador grego é o primeiro materialista da filosofia. Junto a Lucrecio teve influência em todos os materialistas dos séculos XVII, XVIII e XIX.

O Capítulo um, está dedicado à exposição das relações entre Epicuro e Marx, as relações deste com Kant, Hegel e Feuerbach mostrando como o materialismo de Marx tem sólidas influências de Epicuro.

No Capítulo dois, o autor coloca a ruptura e os fundamentos das diferenças entre Marx, Hegel e Feuerbach.

O Capítulo três, faz uma análise das contribuições de Darwin e Marx, incluindo as críticas que formulam às teorias populacionais de Malthus, consideradas ahistóricas e mecanicistas.

O Capítulo quatro e o Capítulo cinco são os mais instigantes do livro. O Capítulo quatro analisa com profundidade a concepção materialista da história de Marx, fornecendo os elementos teóricos que permitirão compreender a importância da ecologia. Esta, vista como indissociável da teoria materialista.

O Capítulo quinto intitulado *O Metabolismo entre natureza e sociedade* é de singular relevância e nele o autor fundamenta sua interpretação de Marx.

Para o autor, é no *Capital* que a concepção materialista da natureza atinge todas as conexões com a concepção materialista da história. O conceito central que permite essa integração é o de metabolismo social:

Na economia política desenvolvida por Marx, tal como apresentada no *Capital*, o conceito de “metabolismo” (Stoffwechsell) foi empregado para definir o processo de trabalho ‘como um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, a través de suas próprias ações medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza’ (p. 201, a citação entre aspas é de Marx).

Porém, uma “falha irreparável” surgiu no metabolismo social pelas relações sociais capitalistas e separação antagônica entre cidade e campo. Daí ser necessário, “na sociedade de produtores associados governar o metabolismo humano com a natureza de modo racional, que



excede completamente as capacitações da sociedade burguesa”. (p. 201, citação retirada pelo autor da obra de Marx)

Na interpretação de Bellamy Foster, essa “moldura conceitual foi importante, pois permitiu a Marx amarrar a sua crítica das três principais ênfases da economia política burguesa: a análise da extração de mais-valia do produtor direto; a teoria correlata da renda fundiária capitalista; e a teoria malthusiana que conecta as duas entre si”. (p. 202)

Utilizando duas passagens do *Capital* situadas no Livro III e no Livro I, o autor vai construindo o que denomina da “teoria de falha metabólica em Marx”. É importante citar textualmente o que escreve Marx para compreender realmente a interpretação de Foster.

A grande propriedade fundiária reduz a população agrícola a um mínimo sempre declinante e a confronta com uma sempre crescente população industrial amontoada nas grandes cidades; deste modo ela produz condições que provocam uma falha irreparável no processo interdependente do metabolismo social, um metabolismo prescrito pelas leis naturais da própria vida. Isto resulta num esbulho da vitalidade do solo. (...) A indústria de larga escala e a agricultura de larga escala feita industrialmente têm o mesmo efeito. Se originalmente elas se distinguem pelo fato de que a primeira deixa resíduos e arruína o poder do trabalho e portanto o poder natural do homem, ao passo que a última faz o mesmo com o poder natural do solo, elas se unem mais adiante no seu desenvolvimento, já que o sistema industrial aplicado à agricultura também debilita aí aos trabalhadores, ao passo que, por seu lado, a indústria e o comércio oferecem à agricultura os meios de exaurir o solo. ( p. 219, Marx *apud* J.B.F)

A segunda citação utilizada por Foster, para fundamentar sua interpretação, de perspectiva ecológica de Marx, se refere às perturbações que provoca a concentração da população em grandes cidades o que perturba a interação metabólica entre o homem e a terra, “impede a devolução ao solo de seus elementos constituintes consumidos pelo homem sob a forma de alimentos e de vestuário, por tanto, ela prejudica a operação da condição natural eterna para a fertilidade duradoura do solo”. (p. 219, Marx *apud* J.B.F)

Posteriormente retomando citações das principais obras de Marx o autor vai aprofundando sua teoria interpretativa de Marx.

Sem dúvida o trabalho de John Foster Bellamy é um trabalho original e de fôlego, mas sua apresentação peca por um reducionismo de Marx. É evidente que para Marx o capitalismo era contraditoriamente o sistema de organização social que possibilitava um desenvolvimento

ilimitado das forças produtivas, que geraria destruição e miséria. Essa era uma questão que Rosa Luxemburg expressava na frase *Revolução ou Barbárie*.

Os problemas de destruição do meio ambiente gerados pela sede insaciável de lucro do capital eram visualizados pelos grandes teóricos marxistas desde fins do século XIX e começos do século XX. Agora, sem negar a importância do edifício teórico de Marx, pode-se considerar que a “falha metabólica” é uma consequência da contradição principal do capitalismo e não a origem dessa contradição, que como é sabido, encontra-se nas relações capitalistas de produção.

Quando Foster situa a extração de mais-valia, a teoria correlata da renda fundiária e as leis de população comete sério erro de interpretação de Marx. No Livro 3 do Capital, dois Capítulos após a reflexão sobre a renda fundiária Marx afirma que colocar no mesmo nível a mais-valia, a renda fundiária e o lucro do capital é a mesma coisa que confundir beterrabas com notas. Além disso, as leis de população não existem como leis ahistóricas, elas não só são históricas, como são historicamente concretas.

A pesar dessas questões o livro de Foster é valioso e produto de uma rigorosa pesquisa teórica. Sua leitura é apaixonante pela riqueza de autores citados e pela ousadia com que vai construindo sua interpretação de Karl Marx.

\*\*\*\*\*

## **CONSTRUINDO UMA SOCIOLOGIA DA ARTE OU PARA UMA SOCIOLOGIA DA SOCIOLOGIA DA ARTE**

Resenha do livro de Zolberg, Vera. *Para uma Sociologia das Artes*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006, 357 p.

Sabrina Parracho Sant’Anna<sup>24</sup>

“O que é arte? O que é sociologia da arte?” Com estas duas questões Vera Zolberg dá início ao livro *Para uma Sociologia das Artes*, recentemente publicado no Brasil. À primeira vista, as duas interrogações, assim colocadas, sugerem ao leitor o princípio de um longo manual para bem aplicar regras metodológicas, ou o começo de mais um extensivo inventário de estilo enciclopédico. O título, contudo precedido de uma estratégica preposição “para”, funciona como

---

<sup>24</sup> Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ.

advertência ao público mais atento e, denotando direções a serem tomadas, poderia assinalar uma deliberada posição normativa – quase manifesto –, em face de um mais alargado campo de produção sociológica.

Com efeito, no prefácio da edição brasileira, Vera Zolberg chama atenção para o preciso momento em que o livro foi escrito, as escolhas epistemológicas formuladas e a decisão de dar à luz um novo livro tomada. Originalmente publicado nos Estados Unidos, em 1990, o livro partia do diagnóstico de que “o estudo da cultura e das artes estava perfeitamente incorporado às humanidades e às Ciências Sociais em muitos países da Europa Continental, enquanto seu lugar na sociologia norte-americana era apenas marginal” e pretendia “abrir um diálogo entre os estudiosos norte-americanos, dando assim ao estudo da cultura o merecido destaque” (Zolberg, 2006). Num olhar *a posteriori*, dezesseis anos depois da primeira edição, a autora se debruçaria uma vez mais sobre a publicação e explicitaria as escolhas epistemológicas *a priori* (Mulkay, 1979) que a teriam levado a colocar no mundo um novo livro: *Constructing a Sociology of the Arts* nascia do desejo de dar ao estudo das artes um maior espaço no campo da produção sociológica.

É bem verdade, entretanto, que já no interior do volume – ainda que fossem dispensadas explicações preliminares e não houvesse qualquer explicitação do projeto inicial – Vera Zolberg deixava claro que sua preocupação era fundamentalmente entender o lugar das artes e da sociologia na produção acadêmica norte-americana e tomar posição frente à situação vigente. Ao colocar questões como “Por que os sociólogos negligenciaram as artes e por que isso está mudando?” (capítulo 2) e “Onde se encontra e para onde caminha a Sociologia da Arte?” (capítulo 8), a autora parecia, de um lado, partir do pressuposto de que faltava algo, e de outro, tomar a deliberada decisão de sair em defesa da análise da produção da cultura.

Contudo, se as perguntas podiam ser mais facilmente colocadas, foi apenas com alguma dificuldade que a autora conseguiu responder às cruciais questões da disciplina. Em lugar de oferecer respostas prontas, apresentou o extenso debate que acompanhava os eixos centrais de discussão na prática da análise social. Assim, ao chegar ao fim do livro, Vera Zolberg afirmaria, muito apropriadamente, que sua conclusão não significava “solucionar os debates e as discussões que permeiam as artes e a sociologia em geral” (Zolberg, 2006), os caminhos pareciam ter sido deixados em aberto e as conclusões apenas apontadas.

Os entraves à apresentação de uma solução acabada parecem ser, no entanto, constituintes do mérito do livro e da própria metodologia que supõe. Ao optar por um livro de debate, em detrimento de um livro manifesto, Vera Zolberg parece incorporar os dilemas que acompanham o próprio métier do sociólogo quando a produção intelectual se torna seu objeto. Com efeito, a reflexão na Sociologia da Arte – bem como da Ciência, do Pensamento Social, e assim por diante

– traz sempre, em seu bojo, uma reflexão sobre a produção sociológica. Seja porque a Sociologia é ela também saber produzido, seja por que ocupa um espaço de possíveis análogo ao da arte (Bourdieu, 2003), seja por que ela também tem implicações sobre o mundo social que a encompassa (Giddens, 1991), seja pelo que for, escrever sobre a arte do ponto de vista sociológico parece sempre implicar do mesmo modo uma reflexão sobre a Sociologia. A auto-referência que parece ser inerente à própria disciplina, ao ser explicitada na pela autora, faz do livro obra metonímica de Sociologia da Sociologia da Arte, transformando vício em virtude.

Assim, longe de buscar ditar normativamente padrões de bem fazer sociologia, Vera Zolberg relaciona os bebates que permeiam sua reflexão, e, em lugar de inventariar a produção sociológica sobre o tema, a autora prefere ordenar discussões e encontrar possíveis sínteses e caminhos abertos, assinalando sempre sua posição como uma dentre as demais.

O livro se define, portanto, numa série de dilemas dicotômicos que se põem em debate. No primeiro capítulo, Vera Zolberg enfrenta o problema de definir o escopo da disciplina e, opondo Sociologia e Estética, procura encontrar o possível diálogo que resulta da tensão entre análise científica e a valoração humanística. Derivando conseqüências do dilema anterior, a autora passa então, no capítulo 2, a debruçar-se sobre os motivos de ter sido a arte recorrentemente negligenciada como objeto pela sociologia norte-americana. Encontrando no desejo de cientificidade o desdém pelas humanidades em geral e pela arte mais especificamente, sugere que se possa encontrar um espaço para análises qualitativas na disciplina.

Nos capítulos 3 e 4, Vera Zolberg analisa então diferentes casos de abordagem da produção de arte. De um lado, examina os limites de uma análise exclusivamente estética, centrada predominantemente na forma, de outro destaca os problemas de análises centradas exclusivamente no conteúdo e que apresentam o produto estético como mero reflexo da vida social. É assim que no capítulo 5 a autora passa a se debruçar sobre casos de análises sociológicas em que as obras de arte aparecem como foco de atenção, enfatizando o momento em que forma e conteúdo social podem dialogar.

Nos capítulos 6 e 7 a autora passa a discutir as possibilidades de relação entre arte e público, sublinhando o lugar da vida social no momento de recepção e seu lugar como possibilitador de mudança na produção de cultura. Finalmente no ultimo capítulo, Vera Zolberg reapresenta a série de debates de seu livro. Estética *versus* sociologia, forma *versus* conteúdo, genialidade *versus* sociabilidade, mudança interna *versus* mudança externa são algumas das dicotomias apresentadas como debates entre soluções possíveis.

Assim, ao dar fim ao livro sem, no entanto, ditar modos de bem fazer sociologia, Vera Zolberg chama atenção para uma obra que, embora se proponha a dizer o que é a Sociologia da Arte, a apresenta, sobretudo, como discussão. Se a “sociologia da arte não pode ser isolada da arte

e dos mundos da arte” (Zolberg, 2006), o argumento da autora evoca o mundo envolvente como principal ordenador das práticas analíticas da disciplina. O que importa aqui é menos entender o fazer sociológico como *modus operandi* fechado em si mesmo, do que tomá-lo como prática social.

O título original, de fato, chama atenção para a compreensão da obra como uma tomada de decisão que - em lugar de projetar a sociologia da arte para um futuro de normatividade -, ao acontecer, cria ela mesmo a disciplina. *Constructing a Sociology of the Arts*, ao sublinhar a escolha do gerúndio, opta por esse presente contínuo que se sabe prática no mundo. Se o que Vera Zolberg deseja é construir uma Sociologia da Arte, sabe que o fazer da disciplina só acontece como prática social e que seu livro, objeto no mundo, faz parte desse conjunto de decisões que fazem operar a disciplina. Uma Sociologia da Arte só se pode fazer construindo.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. “Por uma ciência das obras”. In: *Razões Práticas*. Campinas: Papirus Editora, 2003.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

MULKAY, Michael. “Science and the Wider Society”. In: *Science and the Sociology of Knowledge*. Londres: George Allen & Unwin., 1979.

ZOLBERG, Vera. *Para uma Sociologia das Artes*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

\*\*\*\*\*

### EM BUSCA DE SEGURANÇA NOS DOMÍNIOS DE UMA IDÉIA

Resenha do livro de BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade, a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003. 141p.

Teresa Cristina Furtado Matos<sup>25</sup>

As conseqüências da modernidade já se tornaram título de livro e, em grande medida, são o tema e a razão de existir da sociologia desde a sua fundação. Em mais um de seus títulos, *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*, Zygmunt Bauman trata destas conseqüências. Seu alvo neste trabalho é o que se poderia chamar de “síndrome da comunidade”. Portadora não apenas de significado, mas também de uma sensação, a de aconchego e proteção. A

---

<sup>25</sup> Doutora em sociologia/Bolsista do Programa de Formação de Quadros CEBRAP.

idéia de comunidade é uma idéia emocional, projetiva. Seguindo uma matriz de sentido imaginário e ideal, vários arranjos de sociabilidade são articulados na tentativa de re-instauração dessa ordem comunitária.

Em nove pequenos e instigantes capítulos o autor tece suas considerações sobre a noção de comunidade em um novo momento da modernidade, que denomina de “modernidade líquida”. O eixo dessa discussão corresponde ao subtítulo da obra: “a busca de segurança no mundo atual”. Nessa modernidade líquida, onde tudo que é sólido se liquefaz, a ânsia de constituição de uma relação e de um espaço comunitário, carrega a esperança de que estes ancorem alguma certeza, solidez e solidariedade, produzindo assim segurança.

O sonho de reedificação da comunidade aparece como remédio contra a desintegração. A realização desse sonho enfrenta uma contínua tensão entre a promessa de segurança e a busca de liberdade. Nas palavras do autor: “O problema é que a receita a partir da qual as ‘comunidades realmente existentes’ foram feitas torna a contradição entre segurança e liberdade mais visível e mais difícil de consertar” (BAUMAN, 2003, p. 10) E é exatamente sobre esta tensão que o livro se detém. Em todos os capítulos ela está presente como o eixo da discussão sobre a comunidade. Está inscrita numa equação que não se resolve: construir enraizamento num território desenraizado produzindo simultaneamente e de forma equilibrada segurança e liberdade. Historiando os processos, o autor vai demonstrando o quanto a evidência da idéia de comunidade corresponde ao esfacelamento das condições reais de sua efetivação.

No primeiro capítulo, “A agonia de Tântalo” Bauman apresenta a incessante busca pelo estabelecimento das comunidades na modernidade. A agonia presenciada em Tântalo é a imagem dessa busca: “Tântalo foi mergulhado até o pescoço num regato –mas quando abaixava a cabeça tentando saciar a sede, a água desaparecia. Sobre sua cabeça estava pendurado um belo ramo de frutas – mas quando ele estendia a mão tentando saciar a fome, um repentino golpe de carregava o alimento para longe” (p.13-14). Do mesmo modo, afirma: “os contemporâneos em busca de comunidade estão condenados à sina de Tântalo; seu objetivo tende a escapar-lhe, e é seu esforço sério e dedicado que faz com que lhes escape”.(p. 22) Vejamos porquê.

A partir de alguns autores, como Tönnies, Rosemberg e Redfield, Bauman busca entender quais os elementos que constroem a comunidade: distinção, auto-suficiência e pequenez são alguns destes. Noções como a do “círculo aconchegante”, de Rosemberg, e do natural e tácito compartilhar presentes nas relações comunitárias explicitam o núcleo dessa relação e sua ausência na atualidade. Seguindo a trilha de constituição da modernidade, o autor vai demonstrando que uma série de mudanças, como a intensificação dos fluxos de troca e comunicação, mudaram os padrões sociais que garantiam a existência das comunidades. Nesse sentido afirma: “A

comunidade falada (mais exatamente: a comunidade que fala de si mesma) é uma contradição em termos”. (p. 17)

A romantização da necessidade e da beleza da comunidade são o indício de que a exaltação já denuncia o fim de sua existência. Para preencher o vazio de integração deixado pela comunidade surgem idéias como “identidade”, nascida, segundo Bauman, dos túmulos da comunidade. Esta noção, segundo ele, expõe a necessidade de construção de significações específicas e diferenciadoras para os grupos que tentam substituir atribuições de sentido construídas anteriormente nas comunidades. A identidade busca reconhecer e distinguir. E sobre esse duplo processo se erguem as tensões entre a liberdade e a segurança.

Em outro capítulo, “A reinserção dos desenraizados”, os dilemas do processo civilizador e do sonho de emancipação humana, o capitalismo e seu processo de produção são analisados. A tese do autor é a de que a vivência dos controles estabelecidos pelo processo civilizador e levados a cabo pela modernidade e pelo capitalismo geram a morte da comunidade. Se o processo civilizador se constrói a partir do dilema proteção liberdade, este não será experimentado de forma homogênea pela sociedade. A gestão das interações na modernidade ganha a marca do controle, compreendido como a única forma de garantir que as massas se adequem a ordem burguesa.

A emancipação que se realiza para alguns se faz às custas da opressão de outros. É esta lógica que se verifica nas fábricas sob o controle gerencial. Bauman analisa como a supressão das relações comunitárias esvazia de sentido o trabalho, seu substituto, o frio controle e ações de disciplinamento, não conseguem preencher o vazio deixado. Assim, ao longo da trajetória do capitalismo duas vertentes tentam reencarná-lo: uma pelo seu avesso, ou seja, a negação absoluta de sua eficácia e eficiência, a outra pela imitação dos códigos morais e afetivos que presidiam as comunidades. No entanto, ambas apenas encenam de modo utilitário sua presença. Mais do que preencher o vazio de sentido deixado pela comunidade, o que se busca é o controle, entendido como solução possível capaz de neutralizar o perigo que representam as massas.

Nos dois capítulos seguintes do livro Bauman trata do duplo segurança-liberdade. Num primeiro momento, a segurança das relações comunitárias como resposta à liquidez e aceleração das mudanças que marca essa fase da modernidade. No outro, a busca de liberdade que se traduz no distanciamento e estranhamento do outro como a marca da sociabilidade das elites. Se a transformação é a marca da modernidade, a incerteza é sua consorte. O medo do futuro, da ausência de laços, da fragilidade dos vínculos colocam a comunidade como uma experiência quase onírica, ideal. Quanto maior é o desengajamento maior a esperança que de a comunidade resolva todos os problemas. “A decadência da comunidade nesse sentido, se perpetua; uma vez instalada, há cada vez menos estímulos para deter a desintegração dos laços humanos e para

procurar meios de unir de novo o que foi rompido.”(p. 48) Este é o tema de “Tempos de desengajamento, ou a grande transformação, segundo tempo”, terceiro capítulo do livro.

Em “A secessão dos bem-sucedidos”, o modo “cool” de ser, o exílio voluntário de uma elite que constrói a sua secessão virando as costas para os compromissos morais e solidários presentes na comunidade são o tema. Aspectos como a extraterritorialidade, o cosmopolitismo seletivo, a mesmice da uniformidade cultural dão o tom da análise dessa secessão. O que Bauman nos apresenta é o pendular movimento em torno da comunidade: sua busca e sua fuga. Entre ambos a incompatibilidade entre a aceitação do comprometimento e sua recusa, a segurança e a liberdade.

E em que se ancora a idéia de comunidade? Quais as fontes e os obstáculos à instauração do comunitarismo? Os cinco últimos capítulos do livro tentam responder a essa questão. Em “As duas fontes do comunitarismo”, analisando a relação das elites cosmopolitas com o restante da sociedade, Bauman enxerga um duplo movimento: de um lado a negação da comunidade. De outro, a constituição um desejo de envolvimento e participação, resultado da ausência da comunidade e geradora da necessidade de “sentir-se parte”. Mais do que os vínculos, o que as elites negam são os compromissos comunitários, compromissos morais e materiais compreendidos como um impedimento à realização de seus projetos de autonomia. Estes não comportam comprometimentos éticos com o outro.

Mas a necessidade de construir referências que ancorem o sentido de grupo é o reverso da recusa. E que tipo de comunidade pode oferecer identificação a essa elite, sem cobrar-lhe os custos dos compromissos que se estabelecem em qualquer relação? Nesse momento da modernidade, a comunidade estética é a resposta a esse anseio. No universo da indústria de entretenimento as celebridades oferecem a “sensação de fazer parte” a uma “comunidade de solitários”. Essa comunidade, nos lembra Bauman, não é a mesma dos indivíduos comuns (“de jure”). O tipo de comunidade que estes procuram se ampara em compromissos e laços, por isso “a comunidade que procuram seria uma comunidade ética, em que quase tudo o oposto do tipo estético” (p. 68) O que Bauman sugere com sua análise é requalificação dos discursos e de seus conteúdos. A aspiração pelo espírito de comunidade não é a mesma em todos os grupos sociais. Assim, “uma vez misturados, as importantes contradições que os opõe são falsamente apresentadas como problemas filosóficos e dilemas a serem resolvidos pelo refinamento do raciocínio - em lugar de serem apresentados como produto dos genuínos conflitos sociais que na realidade são”.(p. 68)

No capítulo seguinte “direito a redistribuição” o autor opera uma tentativa de aclaramento de perspectivas conflitantes. Sua tese é a de que os elementos que impossibilitam a instauração de um princípio comunitário se relacionam com uma mudança aguda na forma de compreensão do



dever em duas fases distintas da modernidade: a “modernidade sólida” e a “modernidade líquida”. Na primeira havia uma ilusão a priori de um “estado final”. A segunda não instaura um horizonte como final. A volatilidade é sua marca. O estabelecimento de uma ordem melhor não se constitui como uma aspiração. A consequência dessa lógica é que a justiça social não está incluída como horizonte, já que a própria idéia de horizonte é reformulada.

Dessa forma, se a justiça social se constituía como um horizonte na modernidade sólida, na modernidade líquida ela é substituída, segundo Bauman, por um princípio mais etéreo, o dos direitos humanos, cujo estabelecimento depende de “infinitas batalhas por reconhecimento”, que tem como pressuposto as diferenças. Sobre elas se assenta um duplo movimento de individualização e coletivização do processo e do resultado dessas disputas. No pêndulo liberdade - segurança, as diferenças tendem a fortalecer as fronteiras de distinção e de exclusão que querem romper, gerando insegurança e ausência de liberdade.

O tema da desigualdade e da distribuição retorna nos capítulos seguintes como denúncia dos equívocos da perspectiva culturalista de compreensão dos conflitos sociais. Em “Da igualdade ao multiculturalismo” critica as saídas teóricas que confundem diferença com desigualdade que, ao defenderem o direito à diferença reafirmam a desigualdade de condições de existência, retirando da agenda pública a demanda por justiça social. Isto porque derivam para a cultura aquilo que só pode ser discutido a partir de imperativos econômicos de distribuição de riqueza. O tema retorna em “Muitas culturas, uma humanidade?”. O papel dos intelectuais em assumir uma agenda pública comprometida com as questões humanísticas e a justiça social fecha este último capítulo. Em recente entrevista à Folha de São Paulo Bauman afirma não acreditar em uma sociedade perfeita “mas acredito numa ‘boa sociedade’, definida como a sociedade que se recrimina sem cessar por não ser suficientemente boa e não estar fazendo o suficiente para se tornar melhor”. É essa postura e contribuição que cobra neste capítulo, ao propor uma discussão sobre as condições que gestam o debate que prioriza a diferença e o multiculturalismo como horizontes para um mundo melhor.

Em “O nível mais baixo: o gueto” denuncia a “guetificação” da comunidade, tema também discutido por Sennet, um autor recorrente no livro, em *O Declínio do Homem Público* (1988). A ávida busca pela sensação de segurança e pertença que a comunidade oferece tenta ser recriada de modo desesperado em guetos, cujas características são por princípio diametralmente opostas as da comunidade. Historicamente o gueto é uma imposição social cuja marca é a exclusão e o controle sobre determinados grupos. Assim afirma Bauman: “nenhum ‘amortecedor coletivo’ pode ser forjado nos guetos contemporâneos pela simples razão que a experiência do gueto dissolve a solidariedade e destrói a confiança mútua antes que estas tenham tempo de criar raízes. Um gueto não é um viveiro de sentimentos comunitários. É ao contrário, um laboratório de

desintegração social, de atomização e de anomia.” (p110) O sonho de proteção é invertido. Trancados voluntariamente dentro de cidadelas e controlando neuroticamente as entradas e saídas os guetos impossibilitam a realização da solidariedade comunitária.

Zygmunt Bauman constrói seu trabalho sobre a noção de comunidade para denunciar sua ausência na modernidade líquida. É uma forma de expor um engodo: há um descompasso entre o caminho adotado pela sociedade e as promessas que figuram em seu horizonte. A ânsia de comunidade não se resolve com as soluções que a sociedade tem adotado. Ela própria evidencia o tipo de sociabilidade que este estágio da modernidade forja. Frente ao medo e a incerteza pede-se a comunidade como seu antídoto.

Bauman escreve de modo claro e com uma ácida elegância. É provocativo, por vezes irônico, pessimista e nostálgico. É sobretudo crítico. O leitor tende a se enredar em sua narrativa. Suas considerações sobre a comunidade são muito atuais e por isto nos instigam a pensar, para além dessa noção sobre o mundo em que vivemos, sobre a modernidade “líquida” e suas conseqüências. Ainda que escrevendo sobre os países de capitalismo avançado e descrevendo processos que guardam maior proximidade com a realidade destes, suas idéias interessam a um espectro de leitores cujas fronteiras não estão por eles delimitadas. Afinal, num momento de desterritorialização todos sentimos seus efeitos. Por isso é uma leitura que pode interessar não apenas aos acadêmicos mas a todos aqueles que se deparam cotidianamente com o mundo por ele mundo: cuja incerteza e o medo são sua marca.

O tom ensaístico e o afastamento das pesadas fórmulas da escrita sociológica abarcam um público mais amplo que o desta disciplina. Para aqueles que discutem temas como modernidade, comunidade, individualismo, segurança, sociologia urbana, entre outros, este é um livro inspirador, não apenas pelos “insights” que oferece, mas pelo apelo à uma reflexão humanística sobre a condição pós-moderna.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. (2003). *Comunidade, a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

SENNET, Richard. (1988). “A comunidade se torna incivilizada” in. *O declínio do homem público*. São Paulo, Companhia das Letras.

PALLARES-BURKE, Márcia L. Garcia. *A sociedade líquida*. Folha de São Paulo, São Paulo, 19 out. 2003. Caderno Mais.

\*\*\*\*\*

## A SOCIOLOGIA NA SAÚDE PÚBLICA

Resenha do livro de Pereira, José Carlos de M. *A explicação sociológica na medicina social*. São Paulo: Unesp, 2006, 280p.

Leonardo Biscaia de Lacerda<sup>26</sup>

Raros livros explicam a sociologia na área da saúde e permitem comparar os diversos marcos teóricos que dão sustentação à sua produção científica. O livro é de especial interesse para o público leitor da área da saúde que não tem formação em ciências sociais, caso dos médicos, enfermeiros, fisioterapeutas etc. A proposta do texto é inovadora e a abordagem, original. A obra do prof. Pereira preenche uma grande lacuna ao comparar o funcionalismo, a sociologia compreensiva e a dialética a partir de exemplos tirados de pesquisas originais brasileiras ligadas a temas da medicina, da psiquiatria e da enfermagem. Pode-se dizer que, apesar de ser baseado em exemplos tirados da área médica, o livro funciona como excelente introdução ao estudo da filosofia da ciência (embora não seja esse o seu objetivo) e da sociologia, mesmo para acadêmicos de ciências sociais.

O autor, sociólogo, é doutor em Sociologia e foi professor da disciplina de Medicina Social da Unesp até sua aposentadoria em 1986. O ano de redação do livro não é claro, embora saibamos que foi escrito no início da década de 1980, por volta de 1982, como tese a ser defendida, segundo esclarece Amélia Cohn na Apresentação ao texto. Apesar de ter sido escrito com esse fim, o livro assume o papel de manual de sociologia aplicada à área da saúde.

Pelo fato de o livro ter sido escrito no início da década de 1980 e publicado somente em 2006 sem nenhuma atualização, muitos eventos relevantes deixaram de ser comentados. O primeiro refere-se à afirmação (sem sentido atualmente) de que a literatura sociológica em saúde, feita no Brasil, é escassa. Certamente nos últimos 25 anos houve uma vasta gama de publicações, pesquisas e aplicações de todo esse conhecimento produzido. Basta considerar a atividade da Escola Nacional de Saúde Pública, unidade da Fiocruz, sem deixar de mencionar o Instituto de Medicina Social (da UERJ) ou o próprio Departamento de Medicina Social (da USP), de onde o autor é egresso.

Algumas opções do autor são curiosas e destoam bastante do que se lê hoje em dia. Por exemplo, o uso da expressão “medicina social” vai de encontro à toda a produção atual na área da saúde pública. O que se usa atualmente é “saúde coletiva”, termo que envolve um determinado

---

<sup>26</sup> Médico, é Mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública – FIOCRUZ.

tipo de engajamento político e a militância de esquerda que havia nas décadas de 1970 e 1980 nos estudiosos da saúde pública, além da noção de que é necessário ultrapassar o biologicismo para se apreender a totalidade do processo saúde-doença da população, buscando nas ciências sociais, a partir do marco teórico marxista, as explicações para esses fenômenos. De fato, “saúde coletiva” tem significado mais amplo que “medicina social”, independentemente do teor ideológico a partir do qual o campo de estudos desenvolveu-se. A medicina social é o estudo das ciências sociais da medicina, ao passo que saúde coletiva é a compreensão do processo saúde-doença também pelas ciências sociais, porém não se limitando ao estudo da medicina. Esse tipo de diferença e de preferência só pode ser explicada pelo fato de o livro ter sido redigido em 1982 e o autor ter preferido não o atualizar.

O livro todo é desenvolvido a partir de algumas idéias centrais, reiteradas nos vários capítulos, ainda que implicitamente. A medicina encerra um caráter histórico-social que é tão importante quanto o biológico, apesar de este ser mais valorizado e evidente. Os determinantes sociais do processo saúde-doença, as “forças sociais mais profundas, ligadas a uma totalidade econômico-social” devem ser estudados e conhecidos para se compreender adequadamente como o ser humano adoece e retorna à saúde. A importância de fatores não-médicos na prática da medicina também é discutida ao longo do livro, embora seja mais discutida na segunda metade do livro, nos capítulos onde a sociologia compreensiva e a dialética são apresentadas. O autor ainda insiste em se evitar, em qualquer que seja o marco teórico de uma pesquisa ou interpretação, tomar a realidade concreta como espelho dos fenômenos sociais totais, sem a procura do significado “profundo” dos acontecimentos, e, ao apresentar todas as linhas sociológicas, essa preocupação é enfatizada com exemplos dos principais autores de cada abordagem.

A organização do livro é voltada para explicar aos não iniciados em sociologia e antropologia os principais conceitos de três grandes linhas das ciências sociais: os funcionalismos (capítulos 3 e 4), a sociologia compreensiva (capítulos 5 e 6) e a dialética marxiana (capítulos 7 e 8). Para cada tendência são destinados dois capítulos – o primeiro apresenta os seus conceitos mais importantes e o segundo, exemplos de aplicação delas na Medicina Social. Os textos escolhidos para demonstrar a aplicação de cada método sociológico são bastante representativos de cada linha e alguns tornaram-se referências importantes, como os textos de Birman (“A psiquiatria como discurso da moralidade”) e Costa (“Ordem médica e norma familiar”) sobre a psiquiatria. As considerações feitas a partir dos textos escolhidos são interessantes e demonstram como raciocinam os pesquisadores dentro de cada linha, o tipo de pesquisa passível de ser feita e o tipo de conclusões a que podem chegar.

Os dois primeiros capítulos pretendem fazer uma apresentação do que é a ciência e como é produzida, com ênfase sobre as ciências sociais, principalmente a sociologia, tida pelo autor como

a ciência social que permite “ao investigador fazer indagações sobre praticamente todos os aspectos do sistema social inclusivo”, por ser a ciência social “abrangente” por excelência (p. 55). Após discutir as formas de produção do conhecimento científico, o autor examina mais detidamente a determinação social dessa produção científica.

Os capítulos 3 e 4 examinam os diversos funcionalismos e seus princípios norteadores. A postura de professor fica patente ao explicar como os diversos funcionalismos articulam-se internamente, seus campos de aplicação em investigações sociais, suas vantagens e suas limitações. Longe de ser um defeito a sua didática, ela constitui-se em modo sistemático e articulado de comparação entre os seus diversos representantes (Durkheim, Malinowski, Florestan Fernandes, Radcliffe-Brown e Merton). As principais características são evidenciadas: a necessidade de se estudar sociedades estabelecidas, ou seja, aquelas em que haja poucas mudanças ao longo do tempo; o período estudado também deve ser breve, a menos que o objeto seja uma sociedade bastante estável. Como explica o autor, os funcionalismos são úteis para a análise do “equilíbrio e integração desse sistema [social], contribuindo para o melhor conhecimento de uniformidades de coexistência e de relações sincrônicas” (p. 260). No entanto, essa linha metodológica não se presta ao estudo de sociedades com mudanças rápidas ou frequentes (a menos que sejam repetitivas) ou sociedades conflituosas.

Das várias teses empregadas como exemplos dos funcionalismos, a de Jurandir F. Costa e a de Joel Birman são as que merecem maior destaque. Suas idéias estão presentes difusamente nas discussões de saúde pública; eles relacionam o discurso médico-psiquiátrico a um suposto uso ideológico cujo objetivo seria a dominação e a disciplina de determinados estratos sociais. Desse modo, a higiene, a medicalização da vida cotidiana, a definição do “normal” e do “doente mental” atenderiam a interesses de classe. O prof. Pereira, apesar de explicar longamente esses dois autores, mostra com muita lucidez que “há uma tendência acentuada (e errônea) de analisar a psiquiatria como se ela tivesse sido criada para sujeitar os que transgrediam os valores da sociedade burguesa emergente às normas racionalizadoras criadas por essa mesma sociedade” (p. 130).

A complexidade da obra de Max Weber exige um pouco mais de atenção e vagar do leitor desacostumado com seus conceitos, como a noção de sentido para os atores sociais ou os tipos ideais. Ao longo do quinto capítulo as principais idéias de Weber são expostas de modo bastante sintético, permitindo ao leitor, no capítulo 6 entender como se faz uma pesquisa a partir do marco teórico compreensivo. Essa demonstração é feita por um exercício do próprio prof. Pereira ao

estudar a assistência médica. Embora o estudo parta de uma definição ultrapassada de saúde<sup>27</sup>, suas conclusões são interessantes. O médico, “agente social privilegiado”, cujo ideal seria a saúde de todos, vê-se obrigado a dedicar cuidados de saúde diferenciados a seus pacientes em função de valores alheios aos da medicina, fundamentalmente os econômicos. Nessa situação, o médico é um intermediário no funcionamento de um sistema voltado para a venda de produtos e serviços médico-hospitalares. Sua posição põe-no em conflito entre a ética médica e os interesses do mercado onde está inserido. As formas de lidar com os limites e contradições advindas de sua inserção no sistema capitalista incluem a especialização, o assalariamento (privado e estatal) e a medicina de grupo.

Os capítulos destinados ao método dialético são os mais bem elaborados por terem discussão mais rica e densa: o autor, por sua origem marxista, demonstra conhecimento de grande parte da literatura materialista histórica. Os estudos apresentados como exemplos de análises dialéticas da medicina social são bastante representativas dessa linha de pensamento, embora o seu interesse para a saúde pública seja limitado. O trabalho de R. P. Nogueira, sobre as origens históricas remotas da clínica médica e da cirurgia, merece destaque. O prof. Pereira destaca como a cirurgia, uma atividade inicialmente relegada a subalternos, sem poder de organização de categoria profissional e incapaz de constituir escolas para a perpetuação de seus saberes e práticas, evoluiu e consolidou sua posição de igualdade perante a clínica. Ironicamente, na atualidade é freqüente os cirurgiões gozarem de maior prestígio que seus pares clínicos. A exposição das mudanças por que passou a cirurgia ao longo dos séculos é desenvolvida a partir dos conceitos de mudanças do modo de produção médico (de medieval para capitalista), monopólio do saber de classe, legitimidade da dominação de classe (clerical, burguesa) e mudanças na hierarquia social. Apesar do evidente viés ideológico marxista, a tese exposta pelo prof. Pereira é de inegável interesse para a compreensão de como a prática clínica configurou-se, especialmente por ser produção brasileira em um campo dominado pelos autores estrangeiros.

Certamente alguns assuntos deveriam figurar nos temas abordados como exemplos pelo autor. Talvez o mais importante fenômeno de saúde pública dos anos 1980 (posterior à redação do livro) de destaque é o movimento sanitário, estudado longamente por diversos autores<sup>28</sup>. O movimento sanitário propunha os princípios do sistema de saúde que seriam consagrados na 8ª. Conferência Nacional de Saúde (em 1986) e na Carta de 1988: universalização, equidade,

---

<sup>27</sup> A famosa definição da OMS, segundo a qual saúde é “um completo estado de bem-estar físico, mental e social e não, apenas, ausência de enfermidade”, mostrou-se utópica e simplista. Sobre as diversas formas de compreender a saúde e o processo saúde-doença, ver a vasta obra de Naomar de Almeida Filho.

<sup>28</sup> Ver, por exemplo, o interessante estudo de Silvia Gerschman (2004), *A democracia inconclusa – um estudo da reforma sanitária brasileira*, Fiocruz, Rio de Janeiro.

hierarquização e descentralização dos serviços públicos de saúde. Os embates ocorridos entre os diferentes grupos nas diversas arenas políticas, as prioridades defendidas por cada grupo, as alianças feitas, o cenário da saúde pública brasileira à época, são todos assuntos que mereceriam comentários do autor por tratar-se de um evento singular na história contemporânea da saúde pública brasileira. Até mesmo a queda do muro de Berlim e o fim do bloco dos países alinhados com a antiga URSS mereceriam algum comentário, por haver citação a esses países ao longo do texto (ver p. 266).

Por fim, é de notar o fato de um ex-aluno de Florestan Fernandes, no fim do regime militar, tenha escrito algo quase elogioso ao positivismo. No entanto, como sói acontecer ao se mencionar essa linha de pensamento, não se deixa claro a qual positivismo se está referindo – se ao positivismo de A. Comte, se ao positivismo da escola de Chicago ou se a algum outro inaudito “positivismo”. O positivismo a que se refere o prof. Pereira provavelmente é o da escola de Chicago, muito em voga na primeira metade do século passado, especialmente nos Estados Unidos. Essa linha sociológica entendia que as pesquisas sobre fenômenos sociais podem ser feitas tanto por abordagens quantitativas como por abordagens qualitativas, porém as análises estatísticas seriam mais simples e rápidas de se fazer. Além disso, pesquisas estatísticas poderiam ser mais abrangentes e conseguiriam avaliar a magnitude dos fenômenos estudados. A partir dos trabalhos dos autores dessa escola, a sociologia antropológica ou culturalista deixou de ser considerada uma disciplina científica, cujos resultados tivessem alguma aspiração ao conhecimento e entendimento da realidade (Minayo & Minayo Gomez, 2003).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, R. 2002. As etapas do pensamento sociológico. Martins Fontes, São Paulo.

FOUCAULT, M. 2003. O nascimento da clínica, 5ª. ed.. Forense Universitária, São Paulo.

\_\_\_\_\_. 2005. História da loucura, 8ª. ed.. Perspectiva, São Paulo.

MINAYO, MCS & MINAYO GOMEZ, C. 2003. Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERT, P; MARSGLIA, RMG; GOMES, MHA (org.), O clássico e o novo – tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde, 2003. Fiocruz, Rio de Janeiro.

\*\*\*\*\*

## UM SOCIÓLOGO E SEUS RITUAIS<sup>29</sup>

Resenha do livro de COLLINS, RANDALL. *Interaction Ritual Chains*.. Califórnia: University Presses of California, Columbia and Princeton , 2004, 464p.

Luiz Antonio de Castro Santos<sup>30</sup>

A participação em um ritual dá ao indivíduo um tipo especial de energia, que vou denominar *energia emocional* (Randall Collins, 2004:38).

As pessoas podem sentir genuína e sinceramente as convicções que expressam no momento que as expressam [...]; mas isso não significa que ajam com base em tais convicções, ou que venham a ter um sentimento sincero sobre elas em outras interações cotidianas em que o foco ritualístico é diferente. A vida diária é a experiência de movimento através de uma cadeia de rituais de interação, que imprimem significado emocional a alguns símbolos e deixam que outros se enfraqueçam (Randall Collins, 2004:44).

Randall Collins, professor de sociologia da Universidade de Pensilvânia, erigiu um extraordinário monumento aos rituais. *Interaction ritual chains* não terá um título fácil em português, se vier a ser publicado entre nós. A tarefa difícil de batizá-lo, tão árdua como a leitura desse livro de quase quinhentas páginas, terá que escapar de títulos muito pesados, como “Cadeias de interação ritual” ou algo assim, que busquem apenas uma tradução literal.<sup>31</sup> Rituais são freqüentemente tidos como um território proibido aos não-iniciados em antropologia. Esse é o desafio maior para Collins, autor festejado de *The credential society*, um clássico da sociologia histórica das profissões, em que critica o papel exagerado do “credencialismo” nos mercados de trabalho. A crítica vem bem a calhar. É como se o autor, não obstante ser aos olhos de muita gente um mero *outsider*, proclamasse suas “credenciais” para enfrentar a “antropologia dos rituais”.<sup>32</sup> Talvez um primeiro sinal de seu sucesso é ter eliminado as distinções escolares, mas bastante difundidas, entre um Durkheim supostamente “antropólogo” e outro “sociólogo”. – sendo o primeiro justamente o intérprete dos ritos religiosos e do mundo do sagrado, em contraposição ao segundo, o esgrimista de dados estatísticos, classificações e tipologias de fenômenos sociais como a divisão do trabalho e o suicídio. Collins desafia esquemas simplistas,

---

<sup>29</sup> Tradução, um pouco modificada, do ensaio crítico que escrevi sobre a obra de Collins, e que será publicado em *International Sociology Review of Books*. Vol. 23 (2) 2007. Texto apresentado ao XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Grupo de Trabalho “Teoria Sociológica”. Recife: Campus UFPE, 29 de maio a 1 de junho de 2007.

<sup>30</sup> Sociólogo, Professor do Instituto de Medicina Social da UERJ

<sup>31</sup> Jane Sayd passou-me uma excelente sugestão de título para o livro, em uma possível edição brasileira: “Laços Rituais”.

<sup>32</sup> No Brasil, uma referência obrigatória é Mariza Peirano (org), *O dito e o feito: Ensaio de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.



revelando aos leitores a inteireza do programa de pesquisa durkheimiano. Vai mais além, ao integrar a herança da psicologia social de George Herbert Mead ao trabalho contemporâneo de interacionistas como Erving Goffman,<sup>33</sup> propondo sua própria interpretação – uma “micro-sociologia radical” da ação humana, particularmente do comportamento ritual.

O autor denomina sua proposta de **radical**, por buscar as raízes das emoções ou da “energia emocional” (cap. 3) nos rituais de interação (cap. 4), para estabelecer uma micro-sociologia das emoções e do comportamento. O individualismo é um produto social, mas isso é dizer pouco, pois Collins argumenta que a “solidariedade do self” (um diálogo entre partes do “self”, retomando nas páginas 203-205 noções clássicas de G. H. Mead), a solidariedade ritual e o altruísmo são provocados por cadeias de motivação que puxam e empurram o indivíduo de situação a situação. Trata-se de uma tentativa audaciosa de ligar os motivos da ação social à ação mais profunda das emoções e dos símbolos internalizados.

Em segundo lugar, Collins enaltece a contribuição da micro-sociologia para a compreensão da ação humana. Se a sociologia histórica inclina-se para a montagem de grandes cenários e estruturas (como faz o próprio autor em *Macro-history*, publicado em 1999), a proposta atual do autor afasta-se dos grandes painéis. No presente estudo, temos um “close” no mundo das emoções, da moralidade, da “intensidade ritual”, da participação central ou periférica nos rituais, da intensificação da experiência compartilhada e da “efervescência coletiva”, conceitos centrais em toda a obra.

A relevância e o poder heurístico dos conceitos discutidos por Collins obviamente dependem das próprias questões de pesquisa, mas não me parece descabido afirmar que qualquer busca de explicação sociológica – mesmo pelas teorias de amplo alcance – ganhará muito com o olhar micro-sociológico do autor. Por exemplo, os leitores logo captarão a utilidade dos conceitos de “rituais falhos”, “rituais vazios” e “rituais forçados”, para a análise de determinados processos políticos, como os que ocorrem no Congresso Nacional, e da relação entre atores e a esfera pública. Olhando pelo avesso de tais rituais, houve quem mostrasse que, no **solo moral** construído pela Marcha Nacional dos Sem-Terra, numa longa caminhada pelo território brasileiro, entre fevereiro e abril de 1997, ergueu-se um ritual “sacrificial” de grande apelo simbólico e dramático.<sup>34</sup> Instado a opinar, Collins diria que a Marcha teve na acumulação de uma enorme “energia emocional”, compartilhada por uma grande massa, seu fantástico apelo e sucesso políticos.

---

<sup>33</sup> Para um estudo admirável da obra de Goffman, consultar Jordão Horta Nunes, *Interacionismo simbólico e dramaturgia: A sociologia de Goffman*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Goiânia: Editora UFG, 2005.

<sup>34</sup> Ver Christine de Alencar Chaves, *A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000. Citado em Mariza Peirano, *Rituais, ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003, pp. 44-47, 54.

Na verdade, o autor é um valente “transgressor”, que ousa invadir outros campos do saber e provoca resistências. Nesse sentido, o capítulo 6 (“Uma teoria da interação sexual”) é exemplar, dada sua importância para psicólogos(as) e terapeutas do corpo, que lerão com prazer renovado – senão também com reservas descabidas -- as noções de Collins sobre esse “tipo especial de solidariedade íntima”. Dentre os conteúdos da Parte II, dedicada às “Aplicações” dos conceitos, o capítulo 8 sobre “Ritual do tabaco e anti-ritual: a ingestão de substâncias como uma história dos limites sociais” é um fantástico trabalho de análise histórica e sociológica. Certamente o autor terá se apercebido de sua posição nem tanto “micro-sociológica” nesse ensaio, ao capturar, na melhor tradição de um Norbert Elias, um fenômeno estreitamente ligado à história social dos costumes e da moral. Aliás, a sobrecapa é um primor de publicidade engajada, uma foto atraente de *pinup girls* dos anos de 1920, todas acendendo seus cigarros, num “cigarette-lighting ritual”. Indagarmos “você tem um fósforo?”, ou “me acende o cigarro?”, sempre são, ou foram, atos instauradores de sociabilidades e intimidades. Collins sabe disso e dá lições. A jaqueta do livro se ajusta perfeitamente ao teor do capítulo. A editora perderá muitos compradores nos Estados Unidos justamente por causa da provocação, mas muita gente – mesmo o não-fumante inveterado -- se sentirá atraída pela leveza da foto e pela expressão de jovialidade cúmplice, sem culpas, nos rostos das moças. Collins discute as sociedades norte-americanas de abstinência (“temperance societies”) e os movimentos pela pureza de costumes, que datam do século dezesseis e que, durante alguns séculos de militância, alcançaram abolir os cigarros – temporariamente? – dos espaços públicos e até mesmo dos lares hoje purificados. (Há contratos de locação, nos Estados Unidos, que proíbem explicitamente a presença de fumantes). “Rituais demarcam limites de inclusão e exclusão”, lembra o autor (p. 297). Collins critica as profissões médicas por terem negligenciado as causas e efeitos do tabagismo como experiências tipicamente sociais e relevantes (p. XIX); o fumar está inscrito na mentalidade e nas representações coletivas, e expandiu-se “como um movimento social, propagando rituais de estilo de vida, com seus focos de atenção, suas energias emocionais e seus sentidos de pertencimento” (p. 302).<sup>35</sup> Os reformadores de costumes querem que os fumantes se sintam drasticamente excluídos dos próprios ambientes de sociabilidade. A nova *Prohibition*<sup>36</sup> busca banir todos os tipos de uso de substâncias nocivas, mas o festejado sucesso das campanhas anti-fumo oculta, como sugere o autor, o próprio fracasso no controle das drogas pesadas nos Estados Unidos.

---

<sup>35</sup> Na tradução de “feelings of membership”, do original, preferi o termo “pertencimento” ao mais erudito “pertença”, com a aprovação de Mestre Houaiss.

<sup>36</sup> O autor se refere às interdições da Lei Seca, que proibia, entre 1920 e 1933, a produção e venda de bebidas alcoólicas em todo o território norte-americano. Foi no contexto da *Prohibition* que grupos que infringiam a lei se articularam em máfias e gangues urbanas.

Os capítulos das “Aplicações” constituem leitura obrigatória para formuladores de políticas e para militantes de organizações não-governamentais, particularmente os que se dedicam a programas de prevenção, sejam campanhas contra o fumo entre adolescentes ou a favor de práticas de sexo seguro. Podemos ir mais longe do que Collins em algumas direções. Na história recente da Organização Mundial de Saúde, os epidemiólogos e, de modo geral, os docentes e pesquisadores das Escolas de Saúde Pública nos Estados Unidos, foram capazes de transformar programas educacionais ou preventivos numa nova roupagem da “polícia médica” alemã do século dezenove, autoritária e moralista. Collins dá a chave para a compreensão desse papel polêmico da *intelligentia* no campo biomédico. Note-se que a atuação desses grupos, ao se transformarem em novos cruzados, tem desviado a atenção das causas mais perversas do sofrimento humano e da violência social nas sociedades contemporâneas, como o narcotráfico e as armas de fogo. Collins não é um intelectual “incivilizado”, disposto a pregar a dependência química e a gravidez adolescente, em lugar de atacar as causas do câncer pulmonar ou da sexualidade irresponsável. Basta o capítulo sobre os rituais do tabaco para explicitar sua posição: o foco de sua análise são as cadeias de interação ritual, não o fumante compulsivo, denominado “chain smoker”, que não se atém aos **rituais** do fumo. A força de seu ensaio sobre o tabagismo, diferentemente das pilhas de textos da área biomédica sobre o tema, está em nos fazer pensar, não em nos fazer vociferar. Sua análise sugere implicações imediatas, do ponto de vista dos programas de saúde: o tabagismo pode ser leve – aliás, a própria epidemiologia, antes da fase mórbida atual, distinguia “light smokers” de fumantes “pesados”. O fumo deve ser aceito em cafés e em outras áreas reservadas de espaços de sociabilidade. Tanto como algumas taças de vinho, o hábito de fumar tem sido, e deveria assim continuar, um estimulante dos espaços de interação e de “energias emocionais compartilhadas”. Esses espaços compartilhados constituem a antítese do individualismo e do “culto moderno do indivíduo”, discutido no capítulo 9.

A obra é um convite radical ao culto de rituais de sociabilidade não-violentos. Collins alinha-se, nessa perspectiva, ao sociólogo inglês Peter Marris, para quem “a autoconfiança e a responsabilidade individual são qualidades [antes de tudo] relacionais”.<sup>37</sup> O banimento dos cigarros em espaços de interação revela-se uma medida autoritária deplorável – tanto mais agressiva quando se observa que os programas de temperança de nossos dias, se tinham seus similares de cem anos atrás referendados pelas profissões sagradas da medicina, agora recebem o endosso adicional – experimental? -- de algumas cepas da epidemiologia.

Alguns comentários finais sobre este livro extraordinário. Collins nos oferece uma interpretação bastante instigante sobre rituais, particularmente porque não teme a discussão das

---

<sup>37</sup> Marris, Peter, *The politics of uncertainty: Attachment in private and public life*. Londres e Nova York: Routledge, 1996:170.

políticas públicas que se podem deduzir do tratamento sensível que dá ao tema. Mas há, ao longo de toda a obra, alguns percalços. Em primeiro lugar, o autor faz uso constante de gráficos e setas, que a rigor nada esclarecem, diante de um texto claríssimo. É a surrada mania norte-americana dos *displays*, de que são exemplos os “data-shows”, que infestam salas de aula e congressos científicos em todo o mundo. Nossos clássicos de outros séculos, na verdade, raramente ofereciam exibições gráficas. Outro problema está, sobretudo, na Parte I do livro: Collins quer “desconstruir” e fustigar a narrativa de alguns antropólogos, antes de anunciar seu modelo teórico. Nessa linha de combate, a meu ver inútil, procura mostrar em que pontos as narrativas antropológicas teriam “deixado de” (*failed to*) tratar esse ou aquele ponto sob esse ou aquele ângulo, como se os cientistas sociais devessem ater-se previamente a um rol ou *check list* de temas e tópicos tratados e por tratar, ao produzir uma obra. Nas ciências sociais latino-americanas – livres do ranço evolucionista, que supõe uma construção de textos sempre perfectíveis, do ponto de vista teórico-metodológico – obras podem ser magistrais pelo que nos trazem, não pelo que “deixam de” trazer. A tentativa de desafiar Claude Lévi-Strauss é ilustrativa. O capítulo 1, sobre a teoria dos ritos sociais, contém referências constrangedoras a “inconsistências” do pensador francês, a suas “vacilações” entre a análise estrutural e a interpretação histórica etc (pp. 26-30). O brilho das análises de Collins cede lugar, nessas “desconstruções”, a uma listagem enfadonha de erros e falhas dos outros autores. O mesmo se dá quando lamenta o excessivo cognitivismo de Aaron Cicourel (p. 103), como se este autor de outra linhagem sociológica, nos Estados Unidos, tivesse fechado as portas à análise das emoções. Mas, convenhamos, são pontos menores. Quando há forte empatia, como no caso de Mead e Durkheim, Collins parece transportado pelo tipo de energia emocional que ele atribui aos ritos sociais e, então, estamos diante da quinta-essência de sua obra.

A alusão a Durkheim nos levará ao ponto final. Uma obra de um cientista social deveria estabelecer um diálogo com linhagens estrangeiras. Se nos ativermos às centenas de referências bibliográficas da obra (pp. 417-434), a falta de títulos em idiomas estrangeiros é surpreendente (apenas seis referências a obras em francês; mesmo Durkheim é citado em traduções para o inglês). Essa crítica pode ser estendida a outras linhagens nacionais: como não se colocar diante da literatura imensa sobre o tema, produzida por sociólogos e antropólogos na Índia? O paroquialismo, justamente nos tempos atuais, de verdadeira avalanche de congressos “internacionais”, é uma doença grave. Mas, como afirmei anteriormente, uma grande obra se faz pelo que nos traz, não pelo que deixa de realizar. Por isso, pelo muito que nos traz, não há por que não distinguir *Interaction ritual chains* com todos os louvores ou louvações.

\*\*\*\*\*



Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

**Processador de texto:** Word for Windows

**Espaçamento do texto:** 1.5

**Papel:** formato A4

**Fonte:** Times New Roman, tamanho 12

**Número de páginas:** até 6 páginas

**Apresentação da página de rosto**

Título da resenha (dado pelo autor da resenha) e Título da obra a ser resenhada;

Dados do autor da resenha e da obra a ser resenhada;

Filiação científica do(s) autor(es) da resenha, mencionando instituição/  
Departamento/Seção;

Endereço completo, endereço eletrônico (E-mail), quando possível, e telefone para contato.

As resenhas devem conter uma descrição significativa do conteúdo do livro, evitando opiniões pessoais ou posicionamentos que impeçam que o leitor tenha conhecimento objetivo da edição.

**Perfil ->** um periódico patrocinado pela Sociedade Brasileira de Sociologia com o objetivo de tornar mais visível especialmente a produção científica brasileira na área de Ciências Sociais, com ênfase na Sociologia;

**Formato ->** a publicação tem como característica principal a apresentação de resenhas de livros ou de um conjunto de artigos recentes (de preferência nos últimos dois anos); o objetivo é informar o leitor de forma sucinta sobre o que de principal tem sido publicado na nossa área (não se confunde portanto com o BIB);

**Quem vai fazer as resenhas ->** principalmente doutorandos das nossas Pós-graduações, mas também sócios da SBS; acho importante que em cada número haja um resenha inicial (que pode ser maior que as outras) feita por qualquer um de nós (ex e atuais membros da diretoria e comitê científico); boas resenhas feitas no exterior e publicadas em bons periódicos podem também ser traduzidas;

**Período de envio e seleção das propostas ->** As propostas devem ser enviadas em dois momentos: até 20 de abril (para publicação em maio) e até 31 de agosto (para publicação em outubro). A seleção das propostas será feita tendo por base a clareza e profundidade da apresentação do texto, considerando-se também os requisitos apontados nas normas para a publicação.